

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



A desumanização na Guerra da Bósnia (1992-1995):
congruência entre Estado e nação e a passividade ocidental

Alice Martins Ribeiro

Orientadora: Paula Sandrin

Rio de Janeiro

2020.2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



A desumanização na Guerra da Bósnia (1992-1995):

congruência entre Estado e nação e a passividade ocidental

Alice Martins Ribeiro

Orientadora: Paula Sandrin

Monografia apresentada ao Instituto de Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Relações Internacionais

Rio de Janeiro

2020.2

A todas as vítimas do genocídio na Bósnia-Herzegovina

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, meu pai por guarnecer todo o suporte para a minha vida universitária, minhas irmãs, por todo o consolo, minha mãe (in memoriam), tenho certeza que gostaria de ler esse trabalho, e ficaria contente com todo o meu percurso até aqui. Sou extremamente grata a todas as amigadas que fiz até aqui, em especial: Dudu, Gabi, Taísa, Mari, Letícia, Marcella, Ísis, Nathalia, Ana Luiza. Sem as reflexões que fiz com cada um de vocês, seja por qualquer motivo, não seria possível eu ter chegado até aqui. Muito importante para mim foram os diversos professores que me iluminaram no período de cinco anos de graduação, como Paula Drumond, Maria Elena Rodríguez, Marta Fernandez, Ricardo Oliveira, especialmente à minha orientadora Paula Sandrin. Finalmente, obrigada à minha filha adotiva canina, por ser a melhor companhia do mundo.

RESUMO

Este trabalho gira em torno de uma pesquisa preocupada em esclarecer alguns pontos e hesitações sobre o papel do ideal de nação, levando em consideração, especialmente, o elemento da congruência entre Estado e nação, uma vez que as fronteiras entre os componentes, de acordo com essa ideologia, têm que estar em conformidade. Além disso, certos estereótipos sobre os Bálcãs, de acordo com a narrativa dominante, tendo como base a ideia de “ódios ancestrais”, também foi um fator de inquietação do processo de pesquisa. O movimento é curioso: embora a noção de “ódios ancestrais” não ajude a entender o conflito, ela ajuda na interpretação das ações e inações do “Ocidente”, que afetaram não apenas os acontecimentos em curso, mas também os acordos de paz que supostamente deram fim às hostilidades. O argumento central é que dois componentes, as dicotomias sérvios vs não-sérvios e Ocidente vs Bálcãs, influenciaram o escalonamento do conflito, sendo cruciais para entender a Guerra da Bósnia. Todas essas inquietações promovem uma descrição alternativa da Guerra da Bósnia, apontando o papel fundamental desses dois elementos na Guerra.

Palavras-chave: Guerra da Bósnia (1992-1995); Genocídio de Srebrenica; UNPROFOR; nacionalismo, Grande Sérvia.

SUMÁRIO

Lista de abreviações.....	6
1. Introdução.....	7
2. O labirinto da nação.....	11
2.1. Introdução.....	11
2.2. Teorias acerca das origens da nação.....	11
2.3. Práticas de homogeneização.....	14
2.4. Tradições inventadas.....	17
2.5. O estigma dos Balcãs.....	19
2.6. A particularidade da Bósnia-Herzegovina.....	22
3. A violência genocida como marca dos Balcãs?.....	24
3.1. O fator “oriental” e uma breve introdução à visão depreciativa dos Balcãs.....	24
3.2. Ódios ancestrais?.....	28
3.3. A natureza das operações de paz da ONU pós-Guerra Fria.....	31
3.4. A posição das potências ocidentais e a UNPROFOR.....	32
4. Resignificando a Guerra da Bósnia.....	40
4.1. Conceitos.....	40
4.2. Nos tempos da Iugoslávia.....	41
4.3. Por trás das pretensões nacionalistas.....	42
4.4. Mitos e memória.....	44
4.5. Divisão como solução?.....	46
4.6. Crimes contra a humanidade.....	49
5. Considerações finais.....	53
6. Referências bibliográficas.....	55

LISTA DE ABREVIACÕES

BiH – Bósnia-Herzegovina

HDZ-BiH (*Hrvatska demokratska zajednica*, em português, União Democrática Croata)
– partido croata-bósnio, braço de seu análogo na Croácia

JNA (*Jugoslovenska narodna armija*, em português, Exército Popular Iugoslavo)

SDA (*Stranka demokratske akcije*, em português, Partido da Ação Democrática) – partido bosniak

SDS (*Srpska demokratska stranka*, em português, Partido Democrático Sérvio) – partido servo-bósnio

UNPROFOR (*United Nations Protection Force*) – missão da ONU de *peacekeeping* na Croácia e na BiH

VRS (*Vojska Republike Srpske*, em português, Exército Servo-Bósnio) – Exército da República *Srpska*

1. INTRODUÇÃO

A Guerra da Bósnia, que teve aproximadamente 250 mil baixas (BRINGA, 2002, p. 201) tem como tema principal a eliminação de minorias (RAE, 2003, p. 165). Esse trabalho é uma reflexão sobre o controle de quem pode – e, portanto, quem não pode – habitar a nação, sendo uma questão de inclusão/exclusão.

O objetivo aqui é tentar compreender as condições que levaram ao genocídio na Bósnia; e como é incabível explicar tal genocídio por meio da retórica dos “ódios ancestrais”, argumento historicamente usado pelo “Ocidente” para se referir aos Bálcãs, embalado em Orientalismo e em pressupostos de “natureza humana” pejorativas em torno dos povos eslavos.

Considera-se o conceito de “Ocidente”, assim como de “Oriente”, problemáticos, já que são abstrações e não podem ser vistos como espaços homogêneos. A crítica à dicotomia remete exatamente à essa observação. Todavia, aqui, o uso da palavra “Ocidente” será disposto para fins didáticos, destacando os Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha, principais potências e países envolvidos no contexto da BiH.

Ao longo do trabalho tento argumentar que essa alegação em torno dos “ódios ancestrais” não só é incapaz de compreender o genocídio, como influenciou de forma direta o andamento do genocídio. Portanto, uma das bases desse trabalho é demonstrar como a posição ocidental foi contraproducente. Nesse sentido, o genocídio é explicado por meio de dois movimentos: a desumanização por parte de nacionalistas sérvios (baseada na dicotomia sérvios vs não-sérvios); e a apatia por parte do “Ocidente” (empreendida pela dicotomia Ocidente vs Bálcãs).

O norte da pesquisa reside na preocupação em desvendar qual foi a conjuntura que permitiu o genocídio, e identificar os fios – uma atitude de fora para dentro, e suas complexidades externas; e a realidade regional da ex-Iugoslávia, de forma que essa conjunção de fatores atizaram o genocídio.

A guerra, por conseguinte, representou uma campanha de terror genocida provocada pelas intenções sérvias de formar uma integridade territorial nos espaços onde havia sérvios étnicos: *“the Serb strategy of war crimes was not an irrational outburst of ancient hatred, but a military plan primarily intended to create o land*

brigde from Serbia to Krajina” (CARMICHAEL, 2015, p. 140). Isto posto, os três pilares da campanha genocida foram a região de Krajina, também palco da Guerra da Croácia; a capital Sarajevo, alvo do mais extenso cerco na história moderna; e a região do vale do Drina, rio considerado uma fronteira “natural” entre a Sérvia e a Bósnia-Herzegovina, e onde se localiza Srebrenica (BERRY, 2018, p. 119).

A Guerra da Bósnia se inicia com a controvérsia em torno do referendo sobre a independência ou não da Bósnia em relação à Iugoslávia, na qual houve massivo boicote por parte dos sérvios (BRINGA, 2002, p. 197), após a secessão da Eslovênia e da Croácia da antiga Iugoslávia. As facções envolvidas foram: exércitos regulares – da Bósnia, da Croácia e o Exército da Iugoslávia (JNA), herdada pelos sérvios, e o Exército da República *Srpska* (VRS) –; grupos paramilitares (formado por servo-bósnios e croata-bósnios); mercenários internacionais; tropas das Nações Unidas e soldados da OTAN. Grosso modo, a guerra pode ser resumida por uma escalada de violência em que “*both Bosnian Serbs and Bosnian Croats attempted to remove each other and Bosnian Muslims from areas they claimed for themselves*” (MENNECKE, 2009, p. 424). O enfoque presente neste trabalho será a limpeza étnica provocada pelos nacionalistas sérvios contra os grupos não-sérvios, especialmente os bosniaks.

As maiores vítimas da guerra foram os bosniaks – os muçulmanos –, já que, embora sejam de fato o maior grupo, em termos quantitativos, da Bósnia, eles sofreram desproporcionalmente durante o conflito (BRINGA, 2002, p. 213), e o ponto alto da guerra foi a queda de Srebrenica (1995), único episódio considerado genocídio pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia. Um elemento a se considerar é que de acordo com Ramet (2005), ao final da guerra, 1024 mesquitas, 182 igrejas católicas e 28 igrejas ortodoxas e monastérios foram destruídos (p. 60), deixando claro o fundamento da guerra, e seus desdobramentos culturais e religiosos, como será elucidado no capítulo quatro.

Ademais, das 22 mil casualidades sérvias no conflito, a maior parte eram militares (CARMICHAEL, 2015, p. 155), identificando que não foram mortos por serem sérvios, mas por estarem alinhados ao projeto genocida de Grande Sérvia. Além do mais, deve-se lembrar que seria impossível considerar todos os sérvios genocidas e extremistas, e essa lógica só alimentaria o discurso dos “ódios ancestrais”, como é bem exemplificado por: “na Sérvia, mais de 100.000 jovens não quiseram se incorporar ao exército para servir na

guerra de Milošević, enquanto cerca de outros 40.000 desertaram” (SÉMELIN, 2009, p. 203).

A visão trazida aqui sobre a Guerra é uma visão holística, proposta por Bringa (2002), na qual muitos elementos levaram à eclosão do conflito:

“the economic crisis, the stifling of democratic movements, the rise to power of one man – Slobodan Milošević – and his brand of nationalism, old ethnic antagonisms dormant through communist times being reactivated, the role of the international community (primarily Europe) or lack of such a role, and even a ‘clash of civilizations’. Certainly, however, the breakup of Yugoslavia and the ensuing wars cannot be explained by one factor, but only as a result of a combination of factors – a series of circumstances whereby domestic and international structural changes and certain political players came together as the end of the century in Yugoslavia” (p. 206).

Em outros termos, da mesma forma em que os “ódios ancestrais” não explicam o conflito, o fim da União Soviética e da Guerra Fria por si só também não o fazem.

Estão presentes, no segundo capítulo, intitulado “O labirinto da nação”, a base teórica da pesquisa, reverenciando o papel da nação e do nacionalismo na tarefa de construção de comunidades delimitadas, com certos requisitos, assim como, a importância do fator demográfico na concepção de Estado-nação. Ao final do capítulo, há menções à relevância do estudo da Bósnia, já que o país recebe uma realidade específica, que contribuiu para o andamento do genocídio.

O terceiro capítulo, “A violência genocida como marca dos Bálcãs?”, percorre a noção dos “ódios ancestrais”, trama que sustenta historicamente a representação da região balcânica na mídia e na cultura popular, como área geograficamente europeia, mas espiritualmente “atrasada” em certos níveis, o que supostamente explica todo o sangue e carnificina recorrentes ali. É nesse sentido que esse capítulo também abarca detalhes das políticas da ONU, dos EUA e de certas potências europeias, coordenada pela UNPROFOR, como exemplos caros de má gerência como fruto dessa ideia dos Bálcãs como região caracterizada por “pólvora da Europa”.

O quarto capítulo, chamado “Ressignificando a Guerra da Bósnia”, tem a função de introduzir uma redefinição dos acontecimentos da Guerra, reformulando as representações, e trazendo novas abordagens, de acordo com apoio de autores críticos no

que concerne os fenômenos do conflito étnico e genocídio. Portanto, há ilustrações de propaganda de guerra promovida pelos sérvios, e os crimes em que eles se envolveram em nome da “Grande Sérvia”, amparada por mitos e politização da memória.

Por fim, o quinto capítulo compreende as conclusões que foram despertadas durante o processo de elaboração da pesquisa, quando insisto na tarefa árdua de investigação sobre a Guerra da Bósnia de modo crítico, anti-nacionalista, anti-orientalista, ecoando um estudo holístico, que pudesse abraçar os diversos legados e supostos desfechos do conflito.

2. O LABIRINTO DA NAÇÃO

2.1. INTRODUÇÃO

A disciplina de Relações Internacionais tem como uma de suas preocupações entender conceitos como nação e etnia, e como esses conceitos influenciam o surgimento de conflitos armados. Compreender de maneira crítica esses conceitos é fundamental para o contexto da Guerra da Bósnia. As origens das clivagens étnicas, a questão do nacionalismo, e a busca por homogeneidade como política de Estado são os temas apresentados aqui que serão mergulhados nos eventos nos anos 1990 na Bósnia-Herzegovina.

Nesse capítulo, será explorado, a partir de aportes teóricos variados, a construção de identidades nacionais como processos que criam e/ou exacerbam rivalidades e (re)produzem estereótipos baseados em determinados padrões de comportamento, tradições, cultura, religião – que buscam homogeneização e que geram dinâmicas de ódio que vulnerabilizam, desumanizam e demonizam segmentos da população, possibilitando violências múltiplas como assimilação, expulsões, massacres.

A ideia central aqui é questionar o conceito de nação como forma de organização política natural da humanidade e denunciar que muitas vezes essa ideia pode promover hierarquias e hostilidades, interna e/ou externamente. Mesmo que não estejam em guerra todos os anos, a violência sofrida nos países dos Bálcãs é imaginável devido ao fato de que essa ideia decide quem pode estar dentro e quem pode estar fora, além de promover medidas de exclusão baseadas na cidadania, quando falamos de minorias étnicas e políticas de assimilação, como esmagamento de línguas extraoficiais. A paz sustentável é impossível quando existem essas hierarquias. Para tal, é necessário recorrer ao aporte teórico que aborda a questão da nação.

2.2. TEORIAS ACERCA DAS ORIGENS DA NAÇÃO

Acerca da questão nacional, Anderson (2008) apresenta que “a condição nacional – *nation-ness* – é o valor de maior legitimidade universal na vida política de nossos tempos” (p. 28). Assim, a nação é um organismo limitado porque “mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações” (p. 33), contendo um teor

relacional, já que a Sérvia existe enquanto nação em um território que acaba, e por isso, tem vizinhos onde suas fronteiras terminam, como a Croácia e a Bósnia. Embora muitos voltem ao passado em busca de legitimidade, como a Sérvia explora o evento da Batalha do Kosovo – ocorrida em 1389 no contexto das campanhas otomanas nos Bálcãs – para formar sua identidade, a nação é um fenômeno moderno, revelando, assim, uma de suas múltiplas contradições.

Além disso, Anderson (2008) atenta que a nação é uma comunidade imaginada “porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (p. 32), sendo, portanto, dependente de uma legitimidade emocional (p. 30), que acaba gerando um forte efeito nas pessoas quando a nação é mobilizada enquanto coletivo.

A nação para Anderson (2008) é “um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo” e “uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente”. A subjetividade do conceito de nação invoca uma “plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles [todos os compatriotas]” (p. 56-57). Portanto, é possível afirmar que ela pode ser apresentada como uma organização ideológica que envolve um vínculo muito forte mesmo não havendo uma completa consciência sobre todos os habitantes da nação.

As identidades se apoiam na diferença, sendo, portanto, relacionais. A identidade nacional sérvia depende da diferenciação em relação a outras identidades nacionais. Ser sérvio implica uma série de comportamentos a serem cumpridos – como usar a língua sérvia e praticar o cristianismo ortodoxo, elementos que formariam a “etnia” sérvia, que será contestada nos próximos parágrafos – que moldam a nação, formando uma hierarquia entre ser sérvio e não ser sérvio. Stavrakakis (2007) argumenta que as identidades nunca são totalmente positivas (p. 192)

O nacionalismo tem um papel importante em estabelecer fronteiras entre “nós” e “eles”. A construção de elementos nacionais, como modo de governar e cultura é baseada nesse dualismo, em que o nacionalismo age como promotor de uma cultura e uma religião para um povo que habita dentro de suas fronteiras. Ao fazer isso, constitui-se estereótipos e modelos de conduta e comportamento, construindo uma identidade coletiva. Esse

desenho entre “nós” e “eles” confirma o papel do nacionalismo em incentivá-lo (STAVRAKAKIS, 2007, p. 193).

Um dos elementos que movem os sentimentos entorno do nacionalismo é a ideia de uma posição melhor no futuro, que seria uma reedição de um passado construído também como melhor do que o presente:

“What gives consistency to the discursive construction of the nation is a fantasy promising our encounter with the fullness of enjoyment located/projected at the roots of national history. This fantasy is often reproduced through official channels: education, national myths, ritualised practices like army parades, and so on” (STAVRAKAKIS, 2007, p. 204).

As emoções podem ser mobilizadas em nome de um território etnicamente homogêneo. Nesse contexto, a eliminação de grupos que não se enquadram na ideia de uma nação homogênea, seja por meio da assimilação, expulsão, contenção ou aniquilação, se torna possível. A homogeneização se enquadra como uma condição necessária para o cumprimento de uma nação consumada. Ainda merece atenção o fato que o processo de *nation-building* não é considerado completo até não haver mais grupos que ameaçam a homogeneidade dentro do Estado (MYLONAS, 2012, p. 24).

Os eventos que se categorizam como traumáticos geralmente envolvem força e violência, como estupro, tortura, combates e campos de concentração (EDKINS, 2003, p. 3). No contexto da Sérvia, é interessante pensar na colocação de Edkins (2003) sobre o conceito de trauma, que, segundo ela, oscila entre vitimização e protesto, que podem ser articulados juntos. Em seus escritos, ela adverte para as conexões entre violência e os efeitos do trauma produzidos por essa violência (p. 9).

No campo político, Edkins (2003) defende que a fundação dos Estados é violenta, seja por meio de conflito, guerra civil ou revolução. Além disso, ela complementa que, embora a partir da formação do Estado, ele aparente estar em paz interna e externamente, a força é sempre um mecanismo permitido caso necessário (p. 6). Desse modo, ela esclarece: *“the modern state, then, is a contradictory institution: a promise of safety, security and meaning alongside a reality of abuse, control and coercion”* (p. 6). A relação entre o Estado e violência é tão intensa que, os Estados violam os cidadãos em contextos de campos de batalha, cativeiros e campos de concentração. Por isso, o Estado moderno não pode ser considerado um espaço de segurança para todos (p. 7).

É curiosa a interpretação de eventos na história com os discursos que moldam e transformam esses eventos em mitos necessários para a construção de nações e heróis. Para Hansen (2006)

“Language is social and political, an inherently unstable system of signs that generate meaning through a simultaneous construction of identity and difference (...) It is only through the construction in language that ‘things’—objects, subjects, states, living beings, and material structures—are given meaning and endowed with a particular identity” (p. 15-16).

Desse modo, a linguagem não pode ser interpretada como algo descolado da realidade, ou que representa a realidade de forma fidedigna, mas sim como algo que constrói a realidade, como parte social da construção de imaginários, de uma série de códigos e convenções coletivas, sendo assim política. Desse modo, a linguagem pode ser exposta como integrante de uma articulação de produção e reprodução de subjetividades particulares ao passo que há a associação do Outro com a exclusão (p. 16).

É bom acrescentar que, Hansen (2006) apresenta a contradição do caráter da linguagem por meio da lente pós-estruturalista, pois demonstra que a linguagem é ambígua: ao mesmo tempo em que trabalha em um ambiente que o “outro” é instável, os discursos escrevem que o “eu” é estável, há sempre uma ameaça de instabilidade oriunda do “outro”, que ameaça a ordem (p. 18).

É importante frisar a importância de discursos para a mobilização de emoções como o medo e o ódio daqueles construídos como outros, sendo eles primordiais para a concretização das identidades. Os discursos, assim, formam, de acordo com Epstein (2008), uma junção coesiva de ideias, conceitos e categorizações sobre um objeto específico (p. 2). Além disso, fortalecem a legitimidade da causa ao entrar no imaginário da população a concretizar estereótipos.

2.3. PRÁTICAS DE HOMEGENEIZAÇÃO

Ao discorrer sobre a homogeneização em processos de *nation-building*, Heather Rae (2003) traz a questão de como prática de Estados voltam-se para seus próprios cidadãos. A interpretação obtida por ela em sua obra acerca da origem dessas políticas é de que assimilações, expulsões e genocídio aconteciam antes da onda nacionalista (2003, p. 1), embora seja a partir do século XX e a expansão do sistema de Estados que genocídio se torna prática padrão (2003, p. 38).

Para Rae, a homogeneização patológica se refere às diferentes estratégias que *state-builders* empregam para formar a unidade de seus Estados e a legitimidade de suas autoridades por meio da criação de uma população unificada (2003, p. 4). O conceito, dessa forma, é fundamental para observar que há uma co-constituição entre ele e a concepção de Estado (2003, p. 14). Assim, os atos de construção de categorias como *insider/outsider* são a regra, e não fatos isolados ou aberrações. O desenvolvimento de figuras marcadas como “outro” não são anomalias no sistema, e não acontecem esporadicamente. Dessa forma, é possível explicar sociedades heterogêneas divididas como a Bósnia e toda a violência física causada pelo auge do nacionalismo.

Rae (2003) alerta para o discurso de líderes nacionalistas como Radovan Karadžić, presidente da República *Srpska* durante a Guerra da Bósnia e criminoso de guerra condenado, que associava bosniaks com “turcos” pela identidade muçulmana, com forte teor pejorativo, além de afirmar que a independência da Bósnia provocaria a sujeição dos servo-bósnios a um regime “fundamentalista islâmico” (p. 198).

Mandelbaum (2016) acredita que uma identidade fixa nunca é possível. A congruência deve ser sempre reimaginada e revigorada, sendo uma utopia reinvocada. Assim, a congruência torna-se uma batalha constante, que produz continuamente insegurança a fim de legitimar sua própria segurança. A ideia do autor é demonstrar como esse discurso é mutável e transformativo (p. 2). Além disso, ele estabelece que

“This ideal of congruency is fantasmatic, as it offers an impossible-possibility of congruency, fullness and security that can never be attained and that thus continuously strives to materialize itself, whilst including its own failure, the obstacle. Insecurity is thus directly linked to the fantasy of congruency since every fantasmatic narrative about the promised fullness of the body national/social must entail an Other, standing in our way to achieve our promised congruency.” (p.1)

Para Mandelbaum (2016), é necessário analisar as relações entre Estado, nação e sociedade na modernidade para a compreensão da congruência na segurança internacional (p. 3). Atualmente, a relação entre Estado, nação e sociedade é voltada para o “Estado-nação”, como um elemento singular, uma estrutura que deve ser protegida e assegurada de supostas ameaças à sua unidade e coesão, sendo o inimigo “outro” dentro e fora de suas fronteiras (p. 7).

A promessa da congruência entre o Estado legal e o espaço cultural demográfico é fantasmática porque esta produz subjetividade por meio da negação e da perda, que por sua vez precisa ser estabelecida por um obstáculo, o “outro” (MANDELBAUM, 2016, p.

5). Esse “outro” está conectado com a noção psicanalítica da fantasia, pois trata-se da incapacidade de se obter por completo a congruência, fonte de satisfação da nação (p. 7). No entanto, é possível se estabelecer que o que gera insegurança é exatamente o ideal impossível de congruência do corpo nacional com o Estado-nação (p. 8).

Não há a possibilidade de separar a nação de políticas de eliminação de minorias étnicas. As ideologias nacionalistas atacaram os Bálcãs nos anos 1990 ao promoverem tentativas de construção de Estados-nação homogêneos em territórios heterogêneos (HAYDEN, 1996, p. 785). Uma razão pela qual a Bósnia foi a mais afetada em termos de nível de destruição na guerra é o fato de ser a ex-república iugoslava mais diversa, além de ser a única república a não ter um grupo majoritário (p. 787). Existem muitas interpretações acerca da mudança supostamente repentina na política na Bósnia, e essa é uma questão também a ser problematizada pois trata-se de uma visão limitada da sociedade, como se as diferentes comunidades vivessem em harmonia antes da guerra e de repente a violência se instalasse.

Outro ponto a se considerar é que, entre os anos 1950 e 1980, casamentos mistos aumentaram por toda a Iugoslávia, sendo particularmente comum entre sérvios e croatas e entre sérvios e bosniaks na Bósnia (HAYDEN, 1996, p. 788). Essa situação bem específica no país nos leva a pensar o quão complicado (e inviável) pode ser dividir os indivíduos em espaços determinados com fronteiras imutáveis e classificá-los de acordo com religião e língua. A Bósnia-Herzegovina, especificamente, era a região da Iugoslávia onde havia mais casamentos interétnicos, chegando a ter cidades e vilas, em todo o país, heterogêneas etnicamente (BRINGA, 2002, p. 209).

O nacionalismo divide as pessoas e esse contexto da Bósnia incentivou uma violência extrema, levando aos nacionalistas sérvios reivindicar as regiões heterogêneas e promover limpeza étnica nesses espaços (HAYDEN, 1996, p. 790). Ademais, o teor nacionalista dos discursos nos anos 1990 promoviam que “*the winning message in each republic was one of classic nationalism: Serbia for Serbs, Croatia for Croats, Slovenia for Slovenes, and Macedonia for Macedonians*” (p. 787).

A historiografia e a mídia ocidentais acerca da região balcânica geralmente retratada como espaço de violência eminente e um empecilho para a paz na Europa é uma visão essencialista e etnocêntrica e não condiz exatamente com a realidade. No entanto, é necessário mencionar que a Iugoslávia, embora não fosse um Estado no qual tensões

nacionalistas e étnicas não fossem tão recorrentes, não era exatamente um “reino pacífico” (HAYDEN, 1996, p. 786). Assim, não é possível interpretar os Bálcãs nem na versão ocidental que representa a região como bárbara, violenta e tribal, nem por um meio da visão romantizada na qual a Bósnia era um modelo de diversidade cultural. A sociedade bósnia é dividida etnicamente, mas essa não é uma situação natural.

Hayden (1996) confirma que *“the key to the separate nationalist political movements in Yugoslavia after 1989 was the explicit conflation of the ‘nation’, ethnically defined, and the ‘state’.”* (p. 787), devido ao fato de que projeto de irmandade eslava se encontrou deslegitimada. Isso significa que, nação, etnia e Estado precisaram se encontrar para que o projeto de reagrupamento fosse bem-sucedido. Por exemplo, a palavra “nação” (*narod* em servo-croata) tem uma conotação étnica. Quando precedido por um adjetivo étnico (croata, macedônio, montenegrino, sérvio, esloveno), as construções excluem todos aqueles que não são dessas etnias. A problemática é que esse pensamento, nos Bálcãs dos anos 1990, se alinhou com a retórica de que minorias étnicas incomodavam a coesão demográfica: *“Bosnia-Herzegovina, like the former Yugoslav federation itself, represents the failure of an attempt to define the state in such a way as to recognize the sovereignty of all of its constituent groups without privileging any of them”* (1996, p. 791).

Dessa forma, o colapso do projeto de união eslava da Iugoslávia, movido pela narrativa da autodeterminação, segundo Hayden (1996) provocou uma guerra civil que destruiu a Bósnia, pois o programa político a partir daquele momento significava que os sérvios e os croatas da Bósnia deveriam se unir à Sérvia e à Croácia, respectivamente (p. 792). Além de alertar para o perigo desses discursos de autodeterminação, Hayden retrata que existem várias formas que concluí-la:

“The logic of ‘national self-determination’ in Yugoslavia not only legitimates homogenization of the population but has also made that process so logical as to be irresistible. The course of the war has followed this logic of establishing the nation-state by eliminating minorities. What can be done bureaucratically by a majoritarian regime in a state with a numerically overwhelming majority, however, must be accomplished in other ways if the majority is not secure in its rule – specifically, military conquest and the subsequent expulsion of the unwanted population.” (p. 795)

Para as nações se sustentarem, elas necessitam de apoio moral da população, garantido por meio da construção de uma ideia de Sérvia e do estabelecimento de mitos.

2.4. TRADIÇÕES INVENTADAS

As discussões sobre a nação remetem ao conceito de Hobsbawm (1997) de “tradição inventada”, que ele identifica como:

“um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado.” (p. 9)

Desse modo, esse elemento é fundamental para o entendimento de práticas contínuas e muitas vezes inconscientes que formam a identidade nacional, como dias festivos e outros eventos relacionados à pátria, como canto de hinos, que fazem alusão a um suposto espírito da comunidade imaginada, como a derrota sérvia frente aos otomanos, e de que forma esse evento molda ininterruptamente as vontades políticas da nação sérvia, como a memória de um massacre e o apego ao território em que este massacre ocorreu.

A Batalha do Kosovo se tornou um símbolo para a identidade nacional sérvia. Atualmente marcada no calendário nacional do país, formando o feriado *Vidovdan* (Dia de São Vito), a Batalha ocorreu em 28 de junho de 1389, marcando o fim do Reino medieval da Sérvia frente à derrota e à conquista otomana (BIEBER, 2002, p. 95). O que é interessante no mito da Batalha do Kosovo é a sua relação íntima com o nacionalismo sérvio. De acordo com Bieber (2002), o mito estabelece uma continuidade histórica entre a Sérvia contemporânea e a Sérvia medieval, formando a ideia de uma nação perene (p. 96). No entanto, “tal alegada continuidade é apenas fruto de uma imaginação histórica que se impõe como necessária a fim de conferir legitimidade à própria estrutura do Estado nacional que se quer estabelecer” (DELLA TORRE, 2019, p. 15).

Nesse sentido, mitos são históricos e anti-históricos ao mesmo tempo (BIEBER, 2002, p. 97). Isso significa que, embora a Batalha tenha de fato acontecido, esse evento histórico tem sido interpretado de diversas formas, contribuindo para a constituição da identidade nacional sérvia, que não é analisada aqui como estática. Durante o período da Iugoslávia, por exemplo, o mito do Kosovo não desapareceu, mas declinou e enquanto que outros mitos se tornaram populares, sobretudo os relacionados à resistência antifascista *partisan* durante a Segunda Guerra Mundial (p. 99).

A Batalha do Kosovo volta a ser assunto na política dos Bálcãs nos anos 1990, em meio à atmosfera nacionalista. Nesses anos, além de representar o apego à província do Kosovo, que será assunto durante a Guerra do Kosovo, a Batalha é utilizada como ferramenta de consternação e construção de um imaginário acerca dos sérvios. Portanto,

ela é utilizada como parte introdutória da trajetória sérvia de sofrimento nacional, iniciada em 1389 e tendo seu ápice durante a perseguição de sérvios no cenário de Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, o termo “genocídio” é aplicado para os sérvios (BIEBER, 2002, p. 100).

Além disso, é relevante salientar que o mito transcendeu a história pois foi instrumentalizado em uma causa nacionalista (BIEBER, 2002, p. 102). Não se refere, portanto, ao mito como uma matéria independente, mas sim como parte de uma estratégia de atores políticos na Sérvia nos últimos anos (p. 106). Bieber (2002) ainda sublinha a ideia de um nacionalismo baseado no ressentimento: a autopercepção dos sérvios como vítimas ao longo da história serviu como força-motriz para a mobilização dos conflitos – Croácia, Bósnia, Kosovo – como legítimos (p. 107). Rae (2003) complementa:

“The symbolic complex that was developed around Kosovo legitimated ethnic cleansing in Bosnia-Herzegovina and, later, in Kosovo itself. In Bosnia-Herzegovina ethnic cleansing was driven initially by Serbian expansionism, rationalised by the ideology of ‘Serbia for Serbs’ and ‘all Serbs in one state’, and the same logic underpinned the campaign by Bosnian Serbs to carve out an ethnically homogeneous state if they could not be part of ‘Greater Serbia’” (p. 193).

2.5. O ESTIGMA EM TORNO DOS BÁLCÃS

Embora exista uma interpretação dos conflitos nos Bálcãs como expressão de uma violência generalizada causada por ódios ancestrais, pertencentes a uma suposta natureza dos povos balcânicos, Campbell (1998) considera que sentimentos como ódio e medo não são possessões patológicas do “outro”. Além disso, ele afirma que a relação com o “outro” é o que forma o “eu” (p. ix). Portanto, é possível dizer que a violência sofrida nos Bálcãs não é uma especificidade dessa região do mundo, já que se pode identificar eventos causados por ódio e medo semelhantes no “Ocidente” – Estados Unidos e Europa Ocidental.

Além disso, Campbell (1998, p. 84) relaciona esse discurso do “Ocidente” com uma falta de vontade política em interferir na guerra. Quando o conflito é considerado “étnico”, ele é entendido como sem solução e irrecuperável. Nessa lógica, as animosidades são dadas, então não há o que se fazer:

“The implication behind the ‘centuries-old hatred’ mantra was that the war could not be stopped but had to run its natural cause [...] The war was, in other words,

portrayed as a natural disaster at best, or as biologically determined at worst: driven by a peculiarly primordial or instinctive 'Balkan' hatred" (BRINGA, 2002, p. 202) – grifo meu.

Os primordialistas tomam posição acerca da guerra como produto de um caráter essencial e inato dos grupos em questão (CAMPBELL, 1998, p. 88). Campbell, em contrapartida, enxerga a violência como forma de inscrição e transcrição políticas e como uma performance, em vez de simplesmente o resultado de uma causa “psicogenética” (1998, p. 86). A violência, enfim, faz parte da consequência de um plano em produzir dominação política e homogeneidade cultural, ao invés de uma estrutura inevitável de antagonismo étnico histórico (p. 99).

Além disso, as alegações chamadas “primordialistas” escancaram argumentos como “eles não podem viver juntos”, que evidentemente teriam como consequência ainda mais limpeza étnica, pois declara que a coexistência é impossível, tendo como única solução a divisão da Bósnia. Essa posição, baseada em “ódios ancestrais”, “apresenta as relações como inconciliáveis, porque fundadas sobre percepções afetivas irracionais de desconfiança e de exclusão recíprocas” (SÉMELIN, 2009, p. 33).

Ademais, a Guerra da Bósnia entrou na órbita do choque de civilizações, presumido por Huntington (2010, p. 447), um contexto em que supostamente havia um embate inexorável entre o Cristianismo e o Islã (CAMPBELL, 1998, p. 111). Bringa (2010) expõe que existe certa convicção do uso das retóricas “étnicas” como algo biológico, o que os pós-estruturalistas rejeitam (p. 81).

Além disso, Campbell (1998) argumenta que a identificação de “étnicos” geralmente exclui a possibilidade de ser pertencente à Europa, pois esse termo dificilmente é aplicado aos europeus. Assim, ele relembra a configuração dos Bálcãs como menos europeu e muito imbricado nas relações com o Oriente, devido à sua posição geográfica e essa suposta natureza remanescente de fissuras otomanas. Desse modo, a questão relacional se desenvolve aqui: a Europa é o espaço de estabilidade e persistência de ordem, então os Bálcãs, como supostamente não detém desses elementos, se tornam “muito orientais”, “étnicos”, “nacionalistas”, “ideológicos”, entre outras denominações (p. 92). Bringa (2010) manifesta a ideia de que muitos diplomatas e políticos europeus desconheciam a realidade da Bósnia-Herzegovina, a composição demográfica-espacial única e sua história. Isso nos faz pensar nesse ímpeto de tentativa de resolução das

questões nos Bálcãs sem que houvesse uma completa compreensão da realidade desses povos (p.80).

Portanto, Campbell (1998) alerta sobre a importância de compreender a violência não como um produto de causa “psicogenética”. Além disso, para ele, é preciso lembrar que a recente intensificação de conflitos étnico-nacionais, em que a Guerra da Bósnia está inserida, chama a atenção para o papel das identidades como força-motriz desses conflitos, que, evidentemente, não são naturais, como ele complementa: “*far from being a natural outgrowth of historical animosities and earlier conflicts, we can think of these issues of ethnicity and nationalism as questions of history violently deployed in the present for contemporary political goals*” (p. 86).

Analisar a Guerra da Bósnia pela lente essencialista implica uma incapacidade em enxergar resolução para o conflito e um entendimento holístico para seu desenvolvimento: “as guerras não irromperam a partir da combustão étnica espontânea. A Iugoslávia não caiu: foi empurrada. Não morreu: foi morta” (JUDT, 2008, p. 677). A posição da mídia ocidental acerca das guerras da ex-Iugoslávia tratando como causa perdida e caldeirão de rixas inexplicáveis, estando os Bálcãs condenados (p. 658), reflete a incapacidade de lidar com os conflitos identitários, havendo assim, respostas nocivas para o caso, que promoveriam mais limpeza étnica.

É o caso de Mearsheimer (1997) que pensa em partição da Bósnia como resolução do conflito. A retórica dos ódios ancestrais e de que “eles não podem viver juntos” é muito comum em termos de conflitos étnicos, embora ambíguos e descolados na realidade. Consolidar Estados homogêneos nos Bálcãs, como foi tentado na década de 1990, seria promover expulsões e trocas de populações, causando mortes e violências. É preciso repensar essa proposta de sistema que leva em conta a coesão nacional em detrimento de perdas humanas.

O nacionalismo pode deturpar fatos históricos por meio de seu discurso. Por exemplo, Campbell (1998) afirma que tanto os nacionalistas sérvios quanto os croatas apresentavam a identidade bosniak como inventada e portanto, não-natural, e que na verdade eles eram sérvios ou croatas islamizados e, por isso não teriam reivindicações territoriais próprias e deveriam abraçar seus empreendimentos nacionalistas. Isso era possível devido a uma ausência de narrativa histórica de “*Bosnianness*” (p. 216). O fato é que atualmente sabe-se que existem vários fatores que explicam a difusão do Islã na

Bósnia, sendo uma delas é a ausência de organizações religiosas fortes pré-conquista otomana (KOLIND, 2008, p. 190; MALCOLM, 1996, p. 28-29). Rae (2003) afirma que a Bósnia era a república mais vulnerável das “aspirações predatórias” da Sérvia e da Croácia (p. 194), o que nos permite refletir sobre essa situação delicada da Bósnia no próximo trecho.

2.6. A PARTICULARIDADE DA BÓSNIA-HERZEGOVINA

De acordo com Bringa (2010), a formação de Estados homogêneos remete à política do presidente Wilson no fim da Primeira Guerra Mundial em decorrência do fim dos impérios multiétnicos – Austro-Húngaro, Otomano e Russo – com o conceito de autodeterminação dos povos. Esse conceito abre espaço para projetos perigosos de expulsões em massa e limpeza étnica, além de ser impraticável e intangível (p. 80).

Pode-se dizer que o multiculturalismo faz parte da identidade da Bósnia-Herzegovina, pois há a ausência de uma ligação institucionalizada, ideologicamente e legalmente entre os Bosniaks – muçulmanos – e o território da Bósnia. Dessa forma, abriu-se espaço para declarar que os bosniaks não reivindicavam legitimidade acerca de um Estado-nação, se comparado com as práticas e discursos nacionalistas da Croácia e da Sérvia no mesmo período. Nesse sentido, a Bósnia era considerada uma “mini Iugoslávia”, como Rieff (1996) deixa clara ao dizer: “*if Yugoslavia could not exist, Bosnia should not exist*” (p. 12), por sua heterogeneidade e retratada como uma anomalia devido a esse caráter não-homogêneo (BRINGA, 2010, p. 87).

Falar de conflito pré-1992 era impensável para muitos deles e, na verdade, há essa ideia de orgulho de multiculturalismo, assim como Sarajevo é considerada a “Jerusalém da Europa” por haver sinagoga, igreja ortodoxa, igreja católica e mesquita em um mesmo espaço.

No entanto, não se pode afirmar que a história da Bósnia é formada apenas pela harmonia entre diferentes comunidades e religiões. É preciso sair da dicotomia entre as duas interpretações. De acordo com Malcolm (1996) momentos de rivalidades na Bósnia são reais, e houve certa romantização da Bósnia como um espaço de “*wonderland of permanent inter-religious harmony*” (p. xxi), o que ele considera um exagero, já que havia – e há – hostilidades. No entanto, ele questiona o caráter dessas animosidades ao relatar que elas não eram absolutas e imutáveis, e que suas bases não eram étnicas nem religiosas,

mas sim econômicas, devido às diferenças de posição entre camponeses e proprietários de terras (Ibid, p. xxi). Portanto, classificar a Bósnia como região harmônica também se torna uma análise simplista da realidade (BRINGA, 2002, p. 217).

Por isso, são essas análises minuciosas sobre a Bósnia, e de forma mais abrangente, sobre a região dos Bálcãs, que serão abordadas no próximo capítulo, de acordo com a visão das interações entre cultura e violência vivenciadas nas Relações Internacionais, que explicam o fenômeno da guerra e do genocídio, e, portanto, a herança desses eventos na imagem da região, já que, como foi salientado, não são ausentes nos Bálcãs, mas não pode ser guardado como único fator definidor.

3. A VIOLÊNCIA GENOCIDA COMO MARCA DOS BÁLCÃS?

3.1. O FATOR “ORIENTAL” E UMA BREVE INTRODUÇÃO À VISÃO DEPRECIATIVA DOS BÁLCÃS

Para um observador externo, os Bálcãs parecem um quebra-cabeça confuso e complexo, sendo geralmente notado na consciência ocidental apenas quando é palco de guerras e violência. Nesse sentido, prevalece um desconhecimento em relação à região:

“Although it is certainly true that crises such as these have received thorough study, particularly in their world significance, much less attention has been paid to the study of the area on its own terms. Western historians, hindered by language difficulties and limited access to archival materials, have only recently begun to examine in detail the many aspects of the Balkan experience” (JELAVICH, 1983, p. ix).

É possível considerar que existem dois elementos que formam histórica e culturalmente os Bálcãs: os legados bizantino e otomano (TODOROVA, 2009, p. 12). O argumento acerca do Império Bizantino remete aos atritos entre as igrejas ortodoxa e católica, envolvidas nas rivalidades entre Roma e Constantinopla e a formação da representação da ortodoxia como herética (TODOROVA, 2009, p. 18; GOLDSWORTHY, 1998, p. 5). Existe, assim, por meio do senso comum, uma associação entre o cristianismo ortodoxo e o autoritarismo, em um cenário em que a Europa Ocidental é vista como símbolo e exemplo de democracia, como se a tirania ortodoxa fosse natural ou quase biológica (BAKIC-HAYDEN & HAYDEN, 1992, p. 9).

Convém notar que, embora haja tentativas de associar o legado bizantino com o despotismo, que explicaria os eventos nos Bálcãs, a maior força destoante dos Bálcãs é a presença do Islã (TODOROVA, 2009, p. 20), trazido ao continente europeu pelos otomanos, ao lado de incursões árabes na Península Ibérica. De acordo com Said (2007):

“O encontro europeu com o Oriente, especificamente com o islã, reforçou esse sistema de representar o Oriente e (...) transformou o islã no próprio epítome do estranho contra o qual foi fundada toda a civilização europeia, da Idade Média em diante (p. 111-112).

É nesse contexto que o coração da Europa passa a ser o Norte do continente, com base na atual Alemanha, em um movimento de afastamento do Mediterrâneo, região dominada por muçulmanos, nas penínsulas ibérica e balcânica, além de certas regiões da atual Itália (2007, p. 112).

É a partir da Guerra Russo-Turca (1877-1878) e das Guerras dos Bálcãs do começo do século XX que se inicia uma nova fase em termos de organização política nos Bálcãs, com a formação dos Estados-nação e os processos de modernização, “europeização” e “ocidentalização”. Com o fim dos impérios otomano e austro-húngaro, resultado da Primeira Guerra Mundial, os Bálcãs estavam “se tornando europeus” ao passo que se despediam do passado imperial, assumindo o Estado-nação europeu homogêneo como a forma normativa de organização social (TODOROVA, 2009, p. 13).

É a partir do declínio dos impérios, sobretudo com a inabilidade do governo otomano em defender suas possessões, que os Bálcãs se tornam “prêmios” para as grandes potências, tendo como exemplo o Congresso de Berlim (1878), em um processo de dominação política. Todas as disputas diplomáticas em torno da região foram chamadas de “a questão oriental”, na qual teve como resultado a remoção do controle otomano e a formação de governos nacionais (JELAVICH, 1983, p. x). Esses pressupostos evidenciam a posição semicolonial dos Bálcãs.

Muitos sinais indicam esse arranjo, como, por exemplo, a Grécia como protetorado inglês após a Guerra de Independência contra o Império Otomano (CLOGG, 2017, p. 65); a identificação iugoslava com o chamado “Terceiro Mundo”; e a colocação das guerras da ex-Iugoslávia como parte do repertório do Imperialismo estadunidense no período pós-Guerra Fria, sobretudo o polêmico envolvimento da OTAN na Guerra do Kosovo (LOSURDO, 1999, p. 91).

Outro ponto a se considerar é a posição geográfica como elemento destoante da Europa. O imaginário da península balcânica como a ponte entre o Oriente e o Ocidente revela uma suposta natureza em que se admite estágios de crescimento, permitindo sua representação como semicolonial, subdesenvolvida, semicivilizada e semioriental (TODOROVA, 2009, p. 16). Sob essa ótica, a Europa é a civilização, enquanto os Bálcãs carregam o vínculo oriental do caos (GLENNY, 2001, p. xxi). Essa situação impulsiona a aplicação do aspecto natural – a geografia –, ao contexto sociocultural, dando suporte à teoria em que apresenta os Bálcãs como atrasado e bárbaro.

Além disso, em torno dessa configuração dos Bálcãs como a ponte entre o Oriente e o Ocidente, existe a descrição da região como uma mistura racial, fruto das dinâmicas operantes ao longo dos séculos entre os diferentes continentes, uma congruência dos mundos latino e grego, habsburgo e otomano, comunista e capitalista, passando por uma

gama de alfabetos – grego, cirílico, latino, árabe – e religiões – cristianismo ortodoxo, catolicismo, islã, judaísmo (BAKIC-HAYDEN & HAYDEN, 1992, p. 4), estando a região imbricada em uma política de ideologias em competição e impérios rivais (JELAVICH, 1983, p. ix). Conclusivamente, à região é atribuída essa condição de ponte/caminho para o Oriente e portão/quintal da Europa (GOLDSWORTHY, 1998, p. 7). Portanto, nessa perspectiva, os Balcãs não são só uma ponte física entre o Ocidente e o Oriente, mas também no sentido figurado, indicando que são uma ponte entre estágios de desenvolvimento (TODOROVA, 2009, p. 16).

Muitos sinais indicam que a característica multicultural dos Balcãs é um dos fatores que os torna uma espécie de alienígena na Europa, pois o modelo europeu de organização não contempla diversidade cultural. Segundo a interpretação de Todorova (2009), processos preocupantes de “ocidentalização”, “modernização” dos Balcãs, tendo como base a adoção do Estado-nação homogêneo como forma de organização é uma forma de analisar as relações Europa-Balcãs, na qual ela expressa que *“it may well be that what we are witnessing today, wrongly attributed to some Balkan essence, is the ultimate Europeanization of the Balkans”* (p. 13).

Segundo a interpretação de Hayden (1996), eventos como o Holocausto e a posterior expulsão de alemães de países como a Polônia, a República Tcheca e a Hungria promoveram a construção de nações etnicamente homogêneas, o que tem sido um bom termômetro para a admissão de tais países pós-comunistas na União Europeia. Nessa lógica, a limpeza étnica na Croácia – a expulsão e execução de sérvios (CARMICHAEL, 2015, p. 137) – foi ignorada pelo Ocidente, mostrando sua face conflitante, livrando-os de acusações. Em resumo, *“‘ethnic cleansing’ in Europe is thus a phenomenon that has proven successful both in recreating social reality and in gaining political acceptance”* (HAYDEN, 1996, p. 797).

Os estudos subalternos e pós-coloniais, sobretudo a obra de Edward Said, influenciaram essa discussão sobre os Balcãs e sua disposição orientalizada (TODOROVA, 2009, p. 17). A autora evidencia que o conceito de Oriente não é estático:

“since the ancient Greeks, the East has always existed as an elastic and ambiguous concept. Everyone has had one’s own Orient, pertaining to space or time, most often to both. The perception of the Orient has been, therefore, relational, depending on the normative value set and the observation point” (2009, p. 12).

De acordo com Bakic-Hayden (1995), a configuração do Oriente como “outro” não variou ao longo do tempo, mas o que conta como Oriente, tem sido remodelado (p. 917). Todorova (2009) continua:

“The ancient Greeks used Orient to depict the antagonism between civilized and barbarians, although their main dichotomy ran between the cultured South and the barbarous North (Thracian and Scythian). The Persians to the east were in many ways a quasi-civilized other. From Diocletian’s time onward, Rome introduced the East-West division into administration and considered Orient the dioceses of Egypt and Anatolia. In the medieval period, the division was used in the narrow sense to depict the opposition between Catholicism and Orthodoxy, and in a broader sense to designate that between Islam and Christianity” (p. 11).

O que se configura como Balcãs então? Todorova (2009) reflete que se trata de um processo simultâneo, na qual *“at the same time that “balkan” was being accepted and widely used as geographic signifier, it was already becoming saturated with a social and cultural meaning that expanded its signified far beyond its immediate and concrete meaning”* (p. 21). No entendimento da autora, os Balcãs são representados pelos países: Albânia, Bulgária, Grécia, Romênia e a ex-Iugoslávia, que por sua vez, consitui os atuais Estados da Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia do Norte (2009, p. 31). Entretanto, como alerta Glenny (2001), existe uma dificuldade em definir os Balcãs, já que as descrições políticas e geográficas são problemáticas (p. xxii).

Goldsworthy (1998) discute o caráter paradoxo da apresentação dos Balcãs, ao mesmo tempo em que a península faz, sem dúvidas, parte fisicamente do continente europeu, o adjetivo “balcânico” induz preceitos opostos ao europeu (p. ix). O termo “Balcãs” se tornou amplamente aceito a partir da década de 1780, período no qual o Império Otomano passou a ser considerado de forma depreciativa de “o homem doente da Europa”, e então o nome serviu para designar o espaço europeu dominado pelos otomanos (p. 3).

Merece registro que o conceito “balcanização” derivou desse entendimento, significando a fragmentação de países em pequenos Estados hostis entre si. A península, nesta perspectiva, é evidenciada como símbolo da divisão e da inimizade (GOLDSWORTHY, 1998, p. 5; GLENNY, 2001, p. xxiii). É importante destacar essa tentativa de demonizar os povos balcânicos a partir de generalizações apressadas, já que se vê que se trata de um espaço lembrado unicamente por “violência tribal” e “ódios

ancestrais”, com identidades supostamente irreconciliáveis. A fim de compreender a origem dos genocídios, Sémelin (2009) rejeita

“qualquer abordagem culturalista, apresentando esse ou aquele povo, dada a sua cultura, como predestinado a cometer massacres. A ‘cultura’ não é um dado imutável, mas uma construção dinâmica, submetida a muitas transformações (...). Mitos culturais violentos, muitas vezes, estão associados à história dos povos. Mas isso não significa que esses povos necessariamente caiam na selvajaria” (p. 33).

3.2. ÓDIOS ANCESTRAIS?

Bakic-Hayden (1995) explicita o paradoxo dos “ódios ancestrais”, que, na verdade, se trata de um “*rhetorical screen obscuring the modernity of conflict based on contested notions of state, nation, national identity and sovereignty*” (p. 929). Nesse sentido, tal violência não tem nada de antigo, e sim originário da modernidade europeia.

Carmichael (2015) constata que, durante a Guerra Fria, a Iugoslávia era um dos países mais seguros do mundo, inclusive tendo índices de assassinatos mais baixos que de diversos países da Europa Ocidental, comprovando, empiricamente, que o argumento dos “ódios ancestrais” é falho (p. 164).

Ramet (2005) identifica três problemas com a ideia dos “ódios ancestrais”. Primeiro, a autora explica que, a relação entre os povos da Iugoslávia não é muito distinta das interações – ora hostis, ora complacentes – entre franceses e alemães, por exemplo. Segundo, existe o erro temporal, já mencionado, visto que os povos eslavos se estabeleceram na península balcânica por volta dos séculos VI e VII, não podendo dizer que se trata de “ancestral” no sentido histórico da palavra. Em terceiro lugar, ela enxerga a tese como uma forma de distração para as reais possibilidades de resolução de animosidades (p. 3).

Malcolm (1996) destaca alguns fatos históricos, condicionados à violência, da história francesa, como guerras religiosas do século XVI, o massacre da noite de São Bartolomeu, a Revolução Francesa, instabilidade política no século XIX, além da colaboração e resistência nazista durante a Segunda Guerra, e concluí, ironicamente, que “*if a number of foreign-backed politicians and military commanders began bombarding Paris with heavy artillery tomorrow, we would not sit back and say it was just an inevitable consequence of ‘ancient French hatreds’*” (p. xxii).

Pode-se pensar, por exemplo, o evento culminante da Primeira Guerra, o assassinato do arquiduque habsburgo Franz Ferdinand em Sarajevo pelo nacionalista sérvio Gravilo Princip. Esse fato, sozinho, não ocasionou a Primeira Guerra. Não podemos, assim, admitir que o nacionalismo sérvio foi a força promotora da guerra e violência (GLENNY, 2001, p. xxiii). Sabe-se da existência de alianças pré-guerra que indicaram a articulação da política na Europa à época. De acordo com Malcolm (1996), o contexto dos Bálcãs escancarou hostilidades, mas não razões suficientes para a guerra, tendo como ápice a pressão alemã para o conflito (p. 157).

Em outras palavras, toda essa violência sem precedentes atribuída aos Bálcãs é comum em outras partes do mundo, não sendo, portanto, uma característica específica dela. No entanto, estimula-se que as guerras propagadas pelo Ocidente têm princípios – democracia, liberdade, livre comércio –, e, nesse sentido, os conflitos dos “outros” são irracionais, sem sentido e ultrapassados (ALI & LIFSCHULTZ, 1994, p. 371).

Mylonas (2012) alerta que é difícil pensar em uma região na qual os processos de *nation-building* não tenham sido violentos (p. 53-54). Além disso, ele entende que a desintegração do Império Otomano, e, portanto, o advento de pequenos Estados-nação, foi encorajado e manipulado pelas potências da Europa Ocidental. A chamada “questão oriental” foi o resultado dos interesses ocidentais na região pós-otomana (p. 59). Portanto,

“qualquer referência aos Bálcãs com frequência traz à mente questões como conflito étnico, guerra e até mesmo limpeza étnica; essa é considerada uma região em que todos lutam contra todos os demais. No entanto, praticamente não há nada excepcional sobre os Bálcãs; não há mais sangue derramado nessa região do que em qualquer outra parte do mundo. Os problemas ali provinham de coexistência de diferentes populações étnicas no mesmo território. Assim, quando começaram a ganhar vontade política após o declínio do Império Otomano, nações individuais passaram a reivindicar áreas que outras nações também reivindicavam” (LIAKOS, 2019, p. 54 e 55).

É relevante acrescentar que os acontecimentos nos Bálcãs nos anos 1990 – fortemente marcado por uma insegurança, com uma aparente anarquia na Albânia e a fragmentação da Iugoslávia – não estavam alinhados com os da Europa Ocidental, que tinham outros projetos para a União Europeia. Isso contribui para a ideia dos Bálcãs como o barril de pólvora da Europa, o empecilho à paz e segurança do continente (GOLDSWORTHY, 1998, p. 13).

Estes dados reforçam que há a construção de um imaginário que descreve os Bálcãs como uma região primitiva, marcada por conflitos insolúveis e exótica, por meio de obras literárias como *Drácula*, apresentando um lado macabro da península, ou ilustrações com temas sobre vampiros e assassinatos misteriosos no *Expresso do Oriente*. (Goldsworthy, 1998, p.10). A autora relembra que essa questão cultural parece inocente mas tem um plano político por trás (p. 2). A relevância da cultura na construção de estereótipos já foi levantada por Edward Said em “*Cultura e Imperialismo*”, que introduzem na mente das pessoas, por meio de livros e filmes, entendimentos sobre os povos subalternos racializados que justificam o imperialismo, em que as narrativas se tornam o método de defesa do imperialismo (SAID, 2011, p. 13).

Como adverte Said (2007), o Orientalismo está baseado em uma atribuição da inferioridade e na prerrogativa da dominância dos povos “orientais”. O autor palestino explora a relação de co-constituição no ensaio identitário: “O termo ‘Oriente’ nem o conceito de ‘Ocidente’ têm estabilidade ontológica; ambos são constituídos de esforço humano – parte afirmação, parte identificação do Outro” (p. 13). Aos Bálcãs ficam reservados as culturas e religiões distintas das europeias, e, portanto, inferiores e primitivas (BAKIC-HAYDEN & HAYDEN, 1992, p. 4).

Imagina-se essa dinâmica quando as divisões internas da Iugoslávia são evidenciadas, ao trazer a Eslovênia e a Croácia – hoje membros da União Europeia – como as repúblicas mais avançadas do antigo Estado, muitas vezes vistos como provedores das benesses socioeconômicas da ex-Iugoslávia. A origem desses privilégios é geralmente atribuída à herança católica da Europa Central, em contraste ao restante dos Bálcãs – pós-otomanos e “orientais” (BAKIC-HAYDEN & HAYDEN, 1992, p. 8). Essa retórica apresenta o nacionalismo croata e esloveno como legítimos, já que esses representam uma tentativa de se afastar dos elementos “autoritários” e “orientais” presentes na Iugoslávia (p. 12), como se existisse nacionalismo “bom” e nacionalismo “ruim”. Conclusivamente,

“while Europe as a whole has disparaged not only the orient ‘proper’ but also the parts of Europe that were under oriental Ottoman rule, Yugoslavs who reside in areas that were formerly the Habsburg monarchy distinguish themselves from those in areas formerly ruled by the Ottoman Empire, hence ‘improper’. Within the later area, eastern Orthodox peoples perceive themselves as more European than those who

assumed identities of European Muslims and who further distinguish themselves from the ultimate orientals, non-Europeans” (BAKIC-HAYDEN, 1995, p. 922).

3.3. A NATUREZA DAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU PÓS-GUERRA FRIA

O período pós-Guerra Fria foi marcado por um aumento de número de operações da ONU. Trinta e quatro missões foram criadas entre 1988 e 1998, em comparação com treze durante a Guerra Fria (de 1948 a 1988) (KOOPS et al, 2015, p. 262). As operações do período posterior à Queda do Muro de Berlim prestigiam um maior alcance em termos de atividades, abrangendo, por exemplo, tarefas multidimensionais como nas áreas de instituições, recuperação econômica, desarmamento, reintegração de ex-combatentes, facilitação de eleições, entre outros. Esses afazeres indicam a premissa liberal da instituição em declarar que a paz sustentável só é possível por meio da solidificação da democracia liberal e economias de mercado (p. 264).

Além disso, as operações de paz do período da Guerra Fria favoreciam os interesses dos Estados, a partir da queda do Muro de Berlim, a ONU desenvolve o conceito de “segurança humana”, supostamente focado nas vítimas de conflitos civis (BARNETT, 1996, p. 135).

Embora exista a ideia de retratar os fracassos nas operações de paz dos anos 1990 – Ruanda, Bósnia e Somália – como resultado de dificuldades operacionais, Howard (2012) defende que o empecilho da disfunção organizacional é considerado a razão principal para os fracassos a fim de esconder a falta de vontade política de intervir nesses conflitos da década de 1990, como se se tratasse de um tema meramente técnico. Deve-se reconhecer que embora seja um fator a se considerar, ele não é o principal (p. 21). Tardy (2015) identifica uma disfunção institucional: o Departamento de Operações de Paz (DPKO) da ONU tinha sido recentemente criado, não era equipado propriamente, e não tinha o nível de expertise que a operação requisitava (p. 390).

Um ponto a levar em conta são os fenômenos das operações de paz como um projeto missionário e paternalista, tendo uma conotação da lógica colonial. Além disso, em muitas situações os resultados das operações de paz foram contraproducentes, produzindo ainda mais insegurança e instabilidade. São inúmeras as operações de paz polêmicas nesse sentido, além de outras contradições. Esse viés indica que aqui não consideramos intervenções exatamente positivas ou milagrosas, mas sim percebe-se que

a inação das potências ocidentais foi uma das condições para o genocídio na Bósnia, já que a indiferença com a morte de centenas de vidas era uma tônica geral.

É relevante frisar que a adoção de sanções também pode ser uma política condenável, já que em várias situações – Cuba, Venezuela, Irã, Iraque, Rússia e a própria Sérvia – mostrou-se ser uma medida que estrangula a população civil, provocando ainda mais miséria, e nada mais é do que os Estados Unidos, o autoproclamado líder do “mundo livre”, arbitrariamente tentando exterminar seus adversários políticos, porque de alguma forma esses países contrariaram os interesses estadunidenses. Cumpre lembrar que nenhum Estado do sistema internacional tentou replicar sanções contra os Estados Unidos por suas medidas autoritárias de imigração na fronteira sul ou o encarceramento em massa da população negra, e isso diz muito sobre poder e hierarquia no sistema internacional.

3.4. A POSIÇÃO DAS POTÊNCIAS OCIDENTAIS E A UNPROFOR

Deflagrada a guerra, inúmeras resoluções da ONU foram aprovadas, que, no entanto, não pareciam impedir o escalonamento da guerra. Uma delas foi a Resolução 713, responsável pela imposição de um embargo de armas, que desproporcionalmente afetou os bosniaks (HOWARD, 2012, p. 45), promovendo um “colossal desequilíbrio na capacidade militar de muçulmanos e sérvios” (POWER, 2004, p. 291), já que os sérvios dominavam o Exército da Iugoslávia (JNA).

A decisão em manter o embargo e, portanto, a permanência da situação prejudicial aos bosniaks como desarmados e desguarnecidos surgiu por parte da França e do Reino Unido (RIEFF, 1996, p. 27). Ali & Lifschultz (1994) observam que é irônico pensar que ambos os países lutaram contra a Alemanha Nazista por meio de ajuda militar estadunidense (p. 394). O embargo, em outras palavras, deu legitimidade para as guerras de limpeza étnica (p. 397), em torno de uma propaganda de falso humanitarismo.

Alguns feitos do Conselho de Segurança à época foram a imposição de sanções econômicas à Iugoslávia e cooperação na distribuição de ajuda humanitária. Os EUA de Bush pretendiam “isolar os sérvios e estigmatizá-los como párias, mas não a intervir militarmente” (POWER, 2004, p. 294 e 303). Assim, uma intervenção por parte da potência estava fora de questão desde o início.

De acordo com Power (2004), “o governo Bush tomou várias medidas brandas destinadas sobretudo a sinalizar seu descontentamento”, como a retirada do embaixador

Zimmerman de Belgrado, o fechamento de consulados na Sérvia e a expulsão do embaixador iugoslavo dos Estados Unidos. Todas essas ações não afetaram de fato os sérvios, sendo mais de cunho diplomático (p. 307). Em resumo, pode-se salientar que existia a capacidade em deter o genocídio. O que faltava era vontade política dos países ocidentais considerados parte da chamada “comunidade internacional”.

Portanto, a lógica da política externa estadunidense pode ser resumida no fato que o país promoverá uma intervenção militar onde seus interesses nacionais estarão supostamente em perigo. Um desastre humanitário na Bósnia não fazia parte do repertório dos interesses da potência. A guerra, assim, era considerada trágica, mas não o suficiente para mobilizar alguma atuação dos Estados Unidos pois não havia critérios necessários para tal (POWER, 2004, p. 305). Nesse sentido, uma das atuações do governo estadunidense foi a delegação da tarefa de lidar com o problema da Bósnia às potências europeias – Alemanha, França e Reino Unido –, por se tratar de território europeu (POWER, 2004, p. 488; GUTMAN, 1993, p. 1).

À época, muitos jornalistas defendiam a ideia de analisar a guerra do ponto de vista de todos os lados, de forma supostamente neutra. Esse argumento, no entanto, impunha dúvidas sobre a real existência de uma limpeza étnica, pois equiparava os genocidas às vítimas (POWER, 2004, p. 312). Esse panorama ajudou a difundir a noção dos ódios ancestrais, em que a Guerra da Bósnia se tratava de uma guerra civil, havendo assim um caos tribal, contando com todas as frentes se matando, porque isso fazia parte da “natureza dos Bálcãs”. Houve até descrições do conflito como uma “briga de gangsters”, não fazendo distinções entre os sérvios nacionalistas agressores e a Bósnia sob ataque (ALI & LIFSCHULTZ, 1994, p. 371). Em resumo:

“MacKenzie, who served as the top UN peacekeeper in Bosnia from March to August 1992, argues that all the parties in the Balkans war are to blame for atrocities. ‘Dealing with Bosnia is a little bit like dealing with three serial killers – one had killed 15, one has killed 10, one has killed five,’ MacKenzie said in testimony before the House Armed Services Committee [...]. The State Department’s own reports list 285 instances of war crimes, of which only 18 involved actions by Muslim forces. Serbian nationalist groups support MacKenzie’s position, which tends to minimize the role of Serbian fighters” (GUTMAN, 1993, p. 168-169).

A interpretação da Guerra da Bósnia como uma guerra civil serviu para desmontá-la como uma guerra de agressão, em que existia claramente um desequilíbrio de poder e

um projeto unilateral de criar uma Grande Sérvia (POWER, 2004, p. 312; ALI & LIFSCHULTZ, 1994, p. 371). Isso contribuiu para a fomentação da violência na Bósnia como insolúvel, já que nessa versão dos fatos, as animosidades borbulhavam há séculos, se tratando de um conflito irracional (POWER, 2004, p. 327). Malcolm (1996) resume: “*apportioning responsibility or blame simply became a matter of pointing to people who were firing guns; and since there were two sides now firing them, the blame was apportioned to both*” (p. 242).

Malcolm (1996) conversa com essa política de enxergar a Guerra da Bósnia como um conflito civil, pois as figuras ocidentais envolvidas olharam para os sintomas, e não as causas da guerra, focando em cessar-fogo, como se não entendessem – ou não quisessem entender – o que significava o projeto de Grande Sérvia (p. 242).

É necessário sublinhar que a ONU se estabeleceu como organização no período pós-Holocausto com o lema “nunca mais”. Rieff (1996) examina os eventos na Bósnia nos anos 1990 e a retórica do presidente estadunidense Bill Clinton, que, no momento de abertura do Museu Memorial do Holocausto em Washington (EUA), pronunciou-se supostamente contra o crime do genocídio, embasado no lema “nunca mais”. Segundo Rieff, as palavras do presidente não tinham significado, e, de forma sarcástica, o autor declara: “*‘never again’ meant nothing more than: never again would Germans kill Jews in Europe in the 1940s*” (p. 27).

As imagens de homens desnutridos em campos de concentração na Bósnia rodavam o mundo, remetendo aos campos nazistas: “as imagens de prisioneiros esqueléticos, assustados, traumatizados e amontoados detrás do arame farpado evocaram as lembranças mais amargas da história da Europa” (ANNAN, 2013, p. 88). É preciso deixar claro que os campos na Bósnia lembram os nazistas, mas não são, de forma alguma, idênticos (SÉMELIN, 2009, p. 218). As comparações, nesse sentido, serviram para ilustrar os níveis de crime cometidos nos anos 1990.

Este cenário explica por que o governo Bush preferiu usar o termo “limpeza étnica” no lugar de “genocídio”, pois o segundo “criaria um imperativo moral” (POWER, 2004, p. 334; GUTMAN, 1993, p. xiv; BRINGA, 2002, p. 203). Além disso, foi difundido o argumento de que “não sabemos”, muito semelhante do que ocorreu em Ruanda, já que esses atores políticos fingiam não ter conhecimento do que estava acontecendo e sendo gravado (POWER, 2004, p. 317).

Além disso, muitas analogias foram feitas entre a política de apaziguamento da França e Reino Unido com a Alemanha Nazista e as relações entre a Sérvia e o Ocidente. Roy Gutman (1993) compara o retalhamento da Bósnia com o Acordo de Munique, que permitiu que os nazistas invadissem e dividissem a Tchecoslováquia, aos auspícios das potências europeias (p. xvii e p. xxix).

Com a eleição de Bill Clinton nos Estados Unidos poucas mudanças ocorreram na questão da Bósnia. Não houve a suspensão do embargo nem o bombardeio da Sérvia, mas as potências do Conselho de Segurança decidiram criar “áreas de segurança” em Sarajevo – devido ao cerco –, em Srebrenica, Tuzla, Žepa, Goražde e Bihać, cidades muçulmanas sitiadas pelos sérvios, a fim de protegê-los de agressões de genocidas (POWER, 2004, p. 350).

No entanto, tratou-se de uma atividade de baixa intensidade, já que, embora o secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali tenha afirmado ser necessário 30 mil soldados para proteger tais “*safe areas*”, os países europeus já consideravam a missão exaustiva e não podiam contar com soldados estadunidenses, pois o país relutou em enviar tropas à Bósnia, sobretudo após a Batalha de Mogadíscio em 1993, no contexto de Guerra Civil Somali, e um incidente no Haiti no mesmo ano, na qual soldados estadunidenses foram mortos ou colocados em risco. O pior que poderia acontecer para os Estados Unidos à época era expor seus soldados a regiões de conflitos nas quais grande parte da população civil não sabia nem onde se localizava.

Dessa forma, apenas uma pequena parcela das forças necessárias foi de fato enviada para as tais áreas de segurança na Bósnia (POWER, 2004, p. 350 e 366). Em linhas gerais, o objetivo principal da UNPROFOR era proteger tais “*safe areas*”, estando restritos a entregas de suprimentos às populações isoladas nos cinturões sitiados (MACQUEEN, 2006, p. 165 e 168).

Em suma, a UNPROFOR, uma extensão da missão criada no contexto da Guerra da Croácia, tinha o objetivo inicial de proteger o envio de ajuda humanitária para a população bósnia (TARDY, 2015, p. 383). No entanto, foram encontradas uma série de empecilhos, como o fato de que *peacekeepers* sofreram humilhações atuando no local, sendo barrados em áreas específicas e parados em *checkpoints* (p. 386), compondo uma missão “equipada com armas leves, amplamente dispersa, com mobilidade restrita, sem

reserva estratégica, logística vulnerável e dependente do consentimento das partes em conflito para levar o termo suas tarefas” (ANNAN, 2013, p. 90).

Assim, mesmo com a criação das “*safe areas*”, havia um ceticismo em relação à habilidade da ONU em proteger tais cidades, visto que o cerco de Sarajevo continuava inabalável (TARDY, 2015, p. 386). Tardy (2015) conclui que existia um sentimento de ambiguidade de comprometimento por parte das tropas envolvidas, além de uma incompatibilidade entre as necessidades do conflito e a resposta internacional para ela. O autor complementa que os países ocidentais, a partir da criação das “*safe areas*”, tinham um mandato ambicioso, mas divergiram no significado de proteção e como ela seria implementada (p. 390).

Algumas resoluções da ONU permitiam o uso da força, mas nenhum país queria contribuir com tropas e assumir tais consequências. A missão não tinha muita credibilidade na visão dos tomadores de decisão dos Estados Unidos, mas o país não fazia muito para mudar a situação. Além disso, a potência divergia dos países europeus, já que a França e o Reino Unido eram relutantes em lançar ataques aéreos, por medo de retaliação de seus soldados no solo, enquanto que os EUA, que não tinha tropas envolvidas, apoiavam a abordagem mais coercitiva (TARDY, 2015, p. 390). Assim, o Ocidente não é uma frente unificada e homogênea, tendo diferentes países com visões e interesses próprios. Em suma, a UNPROFOR nunca foi reconhecida pelas partes como um instrumento que pudesse ajudar na resolução de conflitos, mas sim como um obstáculo (p. 391).

Um resultado do fracasso da UNPROFOR, sobretudo após o Genocídio de Srebrenica (1995) (ver abaixo), e outras humilhações em conflitos na África, foi o distanciamento dos países envolvidos em missões da ONU (TARDY, 2015, p. 392), e, portanto, uma aproximação da OTAN. Além disso, foi disseminada uma visão de incapacidade e inutilidade da organização frente os conflitos armados.

Em virtude dessas considerações, em 11 de julho de 1995 as forças servo-bósnias atacaram uma das “*safe areas*”, o bolsão muçulmano de Srebrenica. Isso foi possível porque foram enviados soldados fracamente armados para esses locais, o que não foi muito difícil de ser superado pelos sérvios. Os soldados holandeses da UNPROFOR em questão sabiam que se tratava de um conluio muito sensível, o que necessitaria de esforços por parte da OTAN, que fora negado pois autoridades da organização supunham que os

sérvios não teriam coragem de avançar (POWER, 2004, p. 445 e 447 e 453). Carmichael (2015) examina a relação de tais soldados holandeses com a Bósnia:

“The Dutch soldiers who had arrived at this posting in January 1995, had not got on particularly well with the local people (the misogynistic and anti-Islamic graffiti that they left behind still shame them years after the event). The UN were extremely poorly equipped and high command ignored their calls for airstrikes. In the context, they self unsafe and unprepared to risk their lives. Mladić made assurances and taunted the UN commander Lieutenant-Colonel Thomas Karremans with alcoholic toasts to a long life and cynically exploited the Dutch unwillingness to stand up to the VRS” (p. 152).

Sob ameaça sérvia, as tropas holandesas se renderam quando foram atacadas em Srebrenica, já que foram infrutíferas as tentativas de pedir esforços à ONU e à OTAN. Por fim, parte dos muçulmanos fugiram para as montanhas, outros se refugiaram na base da ONU em Potočari, quando a organização permitiu que apenas cinco mil pessoas entrassem no campo, formando um grupo de refugiados ainda mais vulneráveis (CARMICHAEL, 2015, p. 153). Em vista disso, oito mil homens e meninos bosniaks morreram em Srebrenica, único evento considerado legalmente genocídio da Guerra da Bósnia e ponto alto da limpeza étnica.

Segundo a interpretação das autoridades da ONU, os muçulmanos na Bósnia estavam provocando hostilidades com os sérvios, como se os primeiros estivessem apenas desestabilizando os genocidas, e não tentando sobreviver um contexto assimétrico de combate (POWER, 2004, p. 453-454). Desde o primeiro momento da Guerra havia essa suposição, embutida na justificativa de que, se a Bósnia não tivesse requerido a saída da Iugoslávia, não haveria esse nível de violência. No entanto, parece bem perigoso alocar a responsabilidade às vítimas do conflito. Em suma, o genocídio na Bósnia pode ser afirmado como uma fusão de práticas genocidas por parte dos servo-bósnios e da indiferença do Ocidente:

“looking back at the history of this war, one sees that the real causes of Bosnia’s destruction have come from outside Bosnia itself, and have done so twice over: first in the form of the political strategy of the Serbian leadership, and then in the form of the miscomprehension and fatal interference of the leaders of the West” (MALCOLM, 1996, p. 251).

Essa indiferença gerou um sentimento de abandono por parte das vítimas. Segundo relatos de sobreviventes, expostos por Gutman (1993) “*when you see the way the world reacts, you begin to think maybe the world wants you to be annihilated*” (p. 132). Portanto, o silêncio do Ocidente foi interpretado por nacionalistas sérvios como um sinal verde para levar adiante o que eles tinham designado (GUTMAN, 1993, p. 177), não podendo, de forma alguma, ser considerado uma displicência neutra. O abandono da Bósnia pelo Ocidente delegou a vitória aos genocidas (p. 179). Nesse sentido, pode-se dizer que a Europa e os Estados Unidos poderiam ter paralisado o genocídio, mas eles se recusaram (RIEFF, 1996, p. 22), e utilizaram como mecanismo a lógica dos “ódios ancestrais”.

Rieff (1996) lembra o paradoxo da situação: os ideais de multiculturalismo e tolerância presentes na sociedade bósnia eram os mesmos com os que o Ocidente proclama (p. 10). Nesse sentido, pode-se perceber que se trata de uma reivindicação hipócrita por parte das potências ocidentais, já que em momentos como a Guerra da Bósnia, eles não se encontravam em defesa da Bósnia.

Na atualidade, analisando os fatos e condições que levaram ao fracasso da ONU na Bósnia – e em outros países –, conclui-se que havia um forte temor da organização em “ficar presa em uma engrenagem fatal cujo segredo apenas a região dos Bálcãs conhecia” (SÉMELIN, 2009, p. 216). É nesse sentido que entra a ineficácia: as potências ocidentais não estavam interessadas em mergulhar no conflito, não tinham motivos para tal, adentraram-se um tempo depois, a fim de salvar sua reputação, por causa da opinião pública olhando para o sofrimento humano e as vítimas da guerra, na qual é possível que não era de sua vontade (p. 220). É admissível alertar sobre a superficialidade da UNPROFOR observando seus pormenores:

“não era de natureza a fazer cessar o conflito: seu mandato, que jamais incluiu explicitamente a proteção das populações civis, repousava em uma lógica consensual de acordos entre os protagonistas e não em uma lógica de confronto. O estabelecimento, pela ONU, de zonas ditas de ‘segurança’, ao redor das cidades onde se tinham refugiado muitos muçulmanos (Srebrenica, Žepa), não alterou fundamentalmente essa lógica” (SÉMELIN, 2009, p. 219).

Nesta encruzilhada, os fracassos na Bósnia, em Ruanda e na Somália abriram espaço para questionamentos sobre a função da ONU, em torno da incerteza do seu papel, se ela de fato trabalha para os povos ou para os Estados (BARNETT, 1996, p. 134). As

três operações – UNPROFOR (na BiH), UNAMIR (em Ruanda) e UNOSOM II (na Somália) –, marcadas pelo fracasso acachapante da ONU, claramente determinaram a história da organização.

Entretanto, essas visões listadas neste capítulo acerca dos conflitos armados nos Balcãs não oferecem os argumentos adequados para o surgimento da Guerra e o genocídio em curso. Considera-se, portanto, a perspectiva acadêmica e da mídia, além da visão adotada por tomadores de decisão – tanto dos Estados, quanto das organizações – limitada, injusta e preconceituosa, que alimenta estereótipos sobre a região e os povos que habitam nela. Por tal razão, o próximo capítulo deseja incendiar um diferente horizonte sobre o tema tratado neste trabalho.

4. RESSIGNIFICANDO A GUERRA DA BÓSNIA

4.1. CONCEITOS

Este capítulo se propõe a renarrar a Guerra da Bósnia por meio de uma visão crítica, fora das representações dominantes, tendo como parâmetro as exposições do capítulo três. Um bom ponto de partida é evidenciar que a Guerra foi uma manifestação da busca pelo ideal de congruência, exposto no capítulo dois, entre Estado e nação.

Para isso, é preciso apresentar a explicação de três conceitos, incendiados no trabalho: conflito étnico, limpeza étnica e genocídio. Kumar (1997) entende a etnia como catalisador de conflito no sentido que

“an ethnie was broadly constructed as a community which collectively defined itself by language, custom, religion, race or culture; ethnic nationalists asserted the primacy of ethnic identities in creating nation states or governing them” (p. 4).

Assim, a guerra da Bósnia tem como característica o embate supremacista entre diferentes grupos, chamados “etnias”.

Bringa (2002) explora o fato de que o termo “limpeza étnica” é vago, de forma que se abre espaço para se tornar um pretexto para acusar todos os lados de limpeza étnica, sendo, portanto, todos culpados. É necessário destacar que, o termo surgiu durante o conflito, embora não seja específico deste conflito em si. É oportuno destacar que, “limpeza étnica”, diferentemente de “genocídio”, não é um termo legal:

“ethnic cleansing was originally used to describe the expulsions of unwanted populations (in order to create an ethnically pure territory) through terror tactics such as intimidation, discrimination, rape, torture, murder, looting and burning of homes, and the destruction of religious and cultural objects. However, through overuse and politically motivated misuse, the term was watered down” (BRINGA, 2002, p. 203).

Em virtude dessas considerações, deve-se reconhecer todo o histórico em torno da ideia de “genocídio”, amparada por Raphael Lemkin, advogado polonês e judeu, famoso por ter cunhado o termo e referência em sua atuação contra o crime do genocídio:

“While historical evidence suggests the scapegoat can be identified along socioeconomic, political, or ethnoreligious lines, the original definition of genocide coined by Raphael Lemkin and incorporated into Article 2 of the 1948 UN Convention

on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide defines the term as 'any of the following acts committed with intent to destroy, in whole or in

part, a national, ethnic, racial or religious group, as such: (a) killing members of the group; (b) causing serious bodily or mental harm to members of the group; (c) deliberately inflicting on the group conditions of life calculated to bring about its physical destruction in whole or in part; (d) imposing measures intended to prevent births within the group; (e) forcibly transferring children of the group to another group" (JASINSKI, 2017, p. 1).

4.2. NOS TEMPOS DA IUGOSLÁVIA

É necessário compreender certos elementos da configuração étnica da Iugoslávia que, a partir da morte de Tito, permitiram ascensão de movimentos nacionalistas. Entende-se por Iugoslávia a união dos povos eslavos do sul, exceto os búlgaros, sendo então formada por eslovenos, croatas, sérvios, bosniaks, montenegrinos e macedônios. Além disso, outros grupos não-eslavos tinham status nas regiões autônomas de Vojvodina, com uma população considerável de húngaros, e no Kosovo, habitada majoritariamente por albaneses. O lema dessa organização era de “irmandade e união”. A Iugoslávia, no entanto, tem suas origens a priori do movimento *partisan* comunista, com o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, proveniente do fim da Primeira Guerra Mundial, que evoluiu para o nome de Reino da Iugoslávia, a fim de democratizar o Estado.

Assim, a ideia por trás da irmandade iugoslava detinha certas limitações, ao não considerar a Bósnia uma nação distinta, mas sim fragmento de outras duas (Sérvia e Croácia), recebendo tratamento inferior (MALCOLM, 1996, p. 201; KOLIND, 2008, p. 196). Apenas com a Constituição de 1971 a autodeterminação dos muçulmanos da Bósnia foi reconhecida (p. 199), já que previamente a posição oficial tratava de identificá-los como croatas ou sérvios islamizados (p. 197).

Além disso, a comunidade muçulmana da Iugoslávia foi utilizada como ferramenta da política externa de não-alinhamento de Tito, já que muitos países inseridos na mesma política da Guerra Fria tinham populações consideráveis de muçulmanos, como o Egito e a Indonésia:

“Both Nasser and the Indonesian leader Sukarno were introduced to the Reis ul-ulema on their visits to Belgrade in 1956; and whereas the official body representing Yugoslav Muslims, the ‘Islamic Religious Community’, had been instructed to boycott

the World Islamic Congress in Karachi in 1952, its members were soon being sent round the world to appear as token Muslims in all kinds of Third World and non-aligned gatherings. Soon a Muslim background was a positive advantage for anyone hoping to get on in the Yugoslav diplomatic service. By the mid-1960s there were prominent Bosnian Muslim diplomats serving in several Arab states and Indonesia, including the son of a former Reis ul-ulema. That these officials were Communist Party members who had largely abandoned their religion seemed not to matter, so long as they had names such as Mehmed, Ahmed and Mustafa” (MALCOLM, 1996, p. 197).

4.3. POR TRÁS DAS PRETENSÕES NACIONALISTAS

A Guerra foi motivada pelo anseio de construir de uma República *Srpska* – Sérvia – desprovida de qualquer lembrança da presença muçulmana no território. Nesse intuito, as forças sérvias destruíram centros culturais e religiosos, como mesquitas, minaretes, bibliotecas e pontes da era otomana. Essas destruições não foram o resultado de simples batalhas do conflito, mas sim o objetivo dos nacionalistas sérvios em apagar a história da Bósnia multicultural e fazer dela uma tábula rasa de acordo com os interesses sérvios (ALI & LIFSCHULTZ, 1994, p. 369).

Assim, a Guerra gerou, além de obviamente perdas humanas, lástimas em termos de arquitetura e história, tanto da época otomana quanto remetentes da dominação austríaca (GUTMAN, 1993, p. 81), dado que representavam sinais visíveis da vida islâmica da Bósnia. Ou seja, qualquer aspecto que anunciava o Islã se encontrava ameaçado (CARMICHAEL, 2015, p. 151). Havia, portanto, uma vontade de parte dos sérvios em “limpar” a Bósnia multicultural, aspecto que não tinha espaço na República *Srpska* “pura” (ALI & LIFSCHULTZ, 1994, p. 367). Um monumento fortemente atacado pelas forças sérvias durante o conflito foi a Biblioteca Nacional de Sarajevo, reconhecida pela existência de inúmeros livros e documentos da época imperial.

Um sinal preocupante dessas políticas de limpeza étnica é que não se formou “apenas” de expulsões e deportações, pois essas práticas por si próprias não confirmariam a limpeza. É possível perceber que

“Os saqueadores armados queriam cortar permanentemente os laços entre os cidadãos e a terra (...) Sua política era de deliberada destruição e degradação: destruição para que aquela raça declarada inimiga não tivesse lares para onde retornar; degradação

para que os ex-habitantes não se reerguessem, e assim não mais ousassem pisar em território dominado pelos sérvios” (POWER, 2004, p. 293).

O projeto de genocídio avança para além da destruição física da comunidade muçulmana, tendo como efeito o enfraquecimento, marginalização, aniquilação da economia e da capacidade política (BRINGA, 2002, p. 198-199).

Um dos relatos descritos por Gutman (1993), ocorridos no vale do rio Drina indicam que as execuções se sucederam na ponte Mehmed Paxá Sokolović, na cidade de Višegrad e os corpos eram jogados no rio (p. 24-25). A construção data da época otomana da Bósnia, sendo um marco da arquitetura muçulmana no país, sendo então o local conveniente para os extremistas sérvios demonstrarem sua força e repúdio à civilização muçulmana. Além disso, em Novo Selo, um vilarejo perto de Zvornik, o imã local, Memić Suljo foi obrigado a profanar a mesquita, fazer o sinal da cruz, comer carne de porco, entre outras práticas imorais (p. 78).

É uma ilusão considerar que não existia uma coordenação entre as diferentes instituições envolvidas nas campanhas de limpeza étnica. Sémelin (2009) alerta que “em março de 1992, não restavam mais do que 5% de não-sérvios” (p. 268-269) no Exército da Iugoslávia (JNA), e segundo sua interpretação,

“para que a cidade de Belgrado não fosse mais formalmente acusada de ter invadido a Bósnia, Milošević respondeu provocando a dissolução da JNA: pôde, a partir de então, dizer que não eram sérvios que lutaram no território bósnio... mas bósnios-sérvios do general Ratko Mladić, sobre o qual ele alegava não ter mais controle” (p. 269).

Por fim, vê-se que as milícias – como os Tigres de Arkan – se encontravam dentro dos personagens na articulação entre os exércitos (JNA e VRS), sendo essenciais na guerra, pois serviram para aliviar as deserções em massa do exército, e também para “dissimular aos olhos do exterior o papel da Sérvia naquelas operações” (p. 271). A dinâmica era notável:

“Na verdade, os grupos eram comandados por homens do Ministério do Interior e não conseguiriam agir sem o apoio do exército, pois precisavam de tiros de artilharia antes de entrar em ação, assim como de diversos apoios logísticos (em primeiro lugar, o combustível) [...] Na prática era um mesmo roteiro que se repetia: o exército

começava bombardeando uma cidade ou vilarejo e, depois, os paramilitares chegavam para matar ou expulsar os habitantes não-sérvios” (p. 271).

4.4. MITOS E MEMÓRIA

Ali & Lifschultz (1994) concluem que o Ocidente era cúmplice do plano de destruição da Bósnia, graças a sua posição definitiva em não pretender intervir e defender o país, além de não permitir que eles pudessem se defender dos nacionalistas. A Bósnia, assim, deveria aceitar a derrota e a divisão acarretada de acordos como Vance-Owen e Dayton (p. 369), impostas pelo Ocidente e sem a preocupação de considerar que a realidade da Bósnia não suporta essa divisão. Segundo Ali & Lifschultz (1994) a Bósnia significava um fenômeno raro e único de secularidade, heterogeneidade e tolerância (p. 397).

Uma paranoia pairava sobre a narrativa sérvia que considerava os bosniaks invasores, e fazia analogias com os otomanos, conquistadores e opressores dos sérvios. Além disso, era comum a disseminação da ideia de que os muçulmanos na Bósnia promoveriam um Estado fundamentalista islâmico e que, por isso, a fé cristã estava em risco. A Guerra foi justificada, assim, por uma necessidade dos sérvios se encarregarem de lutar a última Cruzada (ALI & LIFSCHULTZ, 1994, p. 376).

De acordo com Ali & Lifschultz (1994), esse argumento foi adotado por diversos diplomatas europeus, confirmando a intensa islamofobia europeia, já que um Estado na Europa controlado por muçulmanos era muito perigoso e automaticamente ecoado de forma pejorativa como “terrorista”. Essa preocupação também veio por parte das autoridades russas, visando a solidariedade com eslavos ortodoxos e temendo um expansionismo islâmico, passando pela Bósnia e se intensificando pela Turquia e Albânia (p. 396). Uma Europa segura – sem muçulmanos – devia ser preservada, em nome da sacrifcação da Bósnia.

Parte da propaganda realizada acerca do perigo “fundamentalista islâmico” é originária da Declaração Islâmica, um documento de Alija Izetbegović, líder dos bosniaks e presidente da Bósnia durante os anos 1990. No entanto, os escritos nem mencionam a Bósnia, se tratando mais de aspectos culturais do Islã. Assim, não havia, na Declaração, uma noção de subjugar as comunidades não-muçulmanas da Bósnia a fim de favorecer

um Estado islâmico (MALCOLM, 1996, p. 219-221; RAMET, 2005, p. 15). Gutman (1993) lembra que

“Bosnia’s Muslims were not the fierce Mujahedin warriors of Serb propaganda; they were mostly city dwellers, artisans, teachers, doctors, small businessmen and farmers, predominantly pacifists. Women do not wear the chador, men rarely wear a fez or attend religious services; Muslims in Bosnia viewed their religion as a national identity and saw themselves as secular Europeans first, Muslims second. Izetbegović, a Sarajevo lawyer who had twice been jailed under the Tito regime for writing a tract advocating Muslim rights, encouraged the pacifist strain with peace rallies and marches in a naive hope of stopping the juggernaut” (p. xxvii-xxviii).

Além disso, as normas muçulmanas não permeiam de forma incisiva a sociedade bósnia:

“monogamy remained standard and it remained rare for Bosnian men to take more than one wife. Some women did not wear the veil, although most women wore headscarves until the 1920s. Alcohol, traditionally wine and raki(ja) brandy were enjoyed by all religions” (CARMICHAEL, 2015, p. 35).

Ainda:

“Most people still treasured brotherhood and unity and had genuinely warm relations with people of other faiths. Old ethnic barriers had broken down in the cities, especially Sarajevo, and there was widespread exogamy and atheism [...] Schools and universities were totally integrated and taught courses such as the ‘History of the Yugoslav Peoples’. Neighbours visited each other on religious holidays and took time off work to honour each other’s customs” (CARMICHAEL, 2015, p. 157-158).

A Bósnia ainda carrega uma forte herança judaica, oriunda de migrações forçadas de judeus da Península Ibérica, diante do processo de *Reconquista*, embora atualmente esta comunidade seja demasiadamente minoritária, devido do Holocausto e à migração para a Palestina (2015, p. 31). Uma importante herança judaica na cultura bósnia é a presença do *Haggadah* de Sarajevo, um texto sagrado considerável para a religião.

Ademais, o uso político por parte dos sérvios da Guerra Santa invoca vários embates contra o Islã, como a queda de Constantinopla, a expansão moura na Península Ibérica e a tentativa de retomada da Terra Santa. Esse contexto tende a apresentar a Guerra da Bósnia como um conflito civilizacional entre cristãos e muçulmanos, dois grupos religiosos expansionistas, como indicado por Huntington (2010).

Considera-se três eventos históricos marcantes na memória da identidade nacional sérvia, que orientam as políticas de extermínio. A primeira, e mais conhecida é a Batalha do Kosovo, analisada no percurso do capítulo dois. A segunda, comumente relacionada à Batalha do Kosovo, é a Primeira Revolta Sérvia (1804-1813), contra o domínio otomano, que, de acordo com Duijzings (2007), serve de parâmetro para a tomada de Srebrenica em 1995, evento da guerra marcado pelo genocídio, pois proporcionou uma oportunidade para a vingança pela derrota das forças sérvia contra os otomanos durante a Revolta, dado que a cidade de Srebrenica foi o palco para tal humilhação (p. 142). E, por último, é preciso adicionar a memória do genocídio ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, alimentado pelo lado fascista-croata da guerra (p. 143), que vai encorajar certas práticas durante a Guerra da Bósnia, como o uso de campos de concentração.

4.5. DIVISÃO COMO SOLUÇÃO?

O desejo dos nacionalistas servo-bósnios e croata-bósnios era a cantonização do território da Bósnia, de forma que partes do país pudessem ser apropriadas pela Sérvia e pela Croácia. Houve inclusive, em 1991, um encontro entre Milošević da Sérvia e Franjo Tuđman da Croácia, na qual ambos discutiram sobre fragmentação da Bósnia em dois. Essas reivindicações irredentistas croata e sérvia tem como base ideológica a não-admissão da Bósnia independente, supondo que ela não tinha legitimidade como uma nação separada, embora tenha existido o Estado medieval da Bósnia (MALCOLM, 1996, p. xxii).

Nos auspícios da guerra, existiam bósnios sem clara identificação étnica, na qual a conexão desses indivíduos era com a Bósnia multiétnica, apoiando assim, um projeto de Estado multinacional, pois, embora os bosniaks fossem maioria em termos quantitativos, a Bósnia era a única república da ex-Iugoslávia em que não havia uma “nação” – *narod* – particular (BRINGA, 2002, p. 214).

Para exemplificar, em abril em 1992, houve um protesto em Sarajevo, protagonizado por um grupo de 20 mil pessoas desarmadas, contra as políticas nacionalistas em irrupção no país, defendendo a permanência da Bósnia unificada. Identifica-se, sem dúvidas, um sentimento de pertencimento distinto do extremismo nacionalista sérvio (CARMICHAEL, 2015, p. 139).

Entretanto, seria ilógico imaginar que os bosniaks estariam imunes ao nacionalismo. Pode-se identificar, por exemplo, a atuação dos *mujahedin* durante a guerra, oriundos de partes da Ásia, além de outras práticas que surgem no pós-conflito que fortalecem a identidade muçulmana, como mudanças de nomes de ruas, uso intenso da cor verde – marcante no Islã –, e alterações no idioma, na qual Kolind (2008) detecta, como o fato de que os muçulmanos passam a chamar seu idioma de “bósnio” (anteriormente era servo-croata), embora existam poucas diferenças entre as línguas, sendo mutuamente inteligíveis. Ademais, há uma ênfase na admissão da letra “h”, supostamente originária de raízes turcas, entre outras associações com sinônimos turcos (p. 204).

É preciso salientar que tais políticas nacionalistas voltadas para a comunidade bosniak, preponderadas pela ascensão do partido SDA (*Stranka demokratske akcije*, em português, Partido da Ação Democrática), se tornaram comuns no período posterior à guerra. Em outras palavras, pode-se dizer que a politização do Islã na Bósnia foi mais uma consequência da guerra e do genocídio do que a causa dos dois fenômenos. Em resumo, “*Bosnian Muslim nationalism grew, therefore, not because it had been latent throughout the year, but because the logic of the war created it*” (KOLIND, 2008, p. 205). Além disso, no período anterior à guerra, o movimento nacionalista bosniak existiu, mas fora marginal na história do país, sem muita força nem muito articulado (p. 206). Portanto, a Guerra da Bósnia não produziu o nacionalismo bosniak, mas sem dúvidas criou condições para que ele revigorasse:

“If, by the fall of 1994, people in Bosnia did begin to identify themselves as Muslims and turn their backs on the multiculturalism they had fought so desperately for almost three years to preserve, this was hardly surprising. They were being murdered as Muslims, made homeless as Muslims” (RIEFF, 1996, p. 12).

A visão da cantonização foi abraçada pelas potências ocidentais (como exemplo, foi mencionado no capítulo dois, a opinião do teórico neorrealista John Mearsheimer), como o plano Vance-Owen (1993), uma proposta de dividir a Bósnia em dez províncias definidas etnicamente, sob um governo federal fraco (KUMAR, 1997, p. 59), na qual três seriam controlados pelos sérvios, três pelos croatas, três pelos bosniaks, e o décimo seria a região de Sarajevo, governada por representantes dos três grupos. Assim, “*the idea was at least nominally to preserve Bosnian sovereignty in all the territory of the Republic, however little control the central government in Sarajevo would actually have been able*

to exercise” (RIEFF, 1996, p. 14). Muitos acreditam que esse plano envolveria a construção de guetos, em um ritmo de apartheid, e significaria nada mais nada menos do que uma tentativa de desmembramento do país. Tal plano, entretanto, foi rejeitado pelos sérvios, insatisfeitos pois acreditaram estarem recebendo pouco território, sendo substituído, ao final do conflito, por Dayton.

O Acordo de Dayton germinou duas novas entidades: a Federação da Bósnia-Herzegovina, majoritariamente habitada por bosniaks e croatas, e a República *Srpska*, para os sérvios, cada uma com seus parlamentos, exércitos, polícias e tribunais de justiça (KUMAR, 1997, p. 32-33). Além de que, a cidade de Brčko foi colocada em administração internacional (CARMICHAEL, 2015, p. 169), estando o Estado da BiH em um contexto de soberania questionável. Por isso, a paz veio em 1995 em um preço muito alto (p. 167), cimentando uma Bósnia com a característica de um Estado partido, com algumas instituições em comum, mas com temas muito sensíveis, e com um risco de separação em dois Estados (p. 170). Não há porque negar que a Bósnia de Dayton, dessa forma, aparenta um panorama em que os lados nacionalistas ganharam, já que se gerou um país dividido por linhas étnicas (ALI & LIFSCHULTZ, 1994, p. 377).

O que os chamados planos de “paz” – como Vance-Owen e Dayton – têm em comum era que a única solução para o conflito seria a divisão por meio de linhas étnicas (RIEFF, 1996, p. 13 e 14). Nesse panorama, a etnicidade se adentra como o primeiro princípio de organização política no país (CALAME & CHARLESWORTH, 2009, p. 112-113), promovendo um sectarismo na sociedade bósnia, com a evolução de partidos nacionalistas, como SDS (servo-bósnio), SDA (bosniak) e HDZ (croata-bósnio) (KUMAR, 1997, p. 41), permitindo que o conflito persistisse por outros meios. O Acordo de Dayton, portanto, surge institucionalizando as disputas étnicas e reproduzindo o ideal de congruência, baseado na ideia de que os diferentes grupos “não podem viver juntos”, e reduzindo os seres que habitam a BiH a uma categorização étnica.

Kumar (1997) adverte para o fato de que, por trás desses planos, existe o argumento do mal menor, pois, para seus defensores,

“partition is probably the most humane form of intervention in an ethnic conflict because it attempts to achieve through negotiation what would otherwise be achieved through war; it telescopes the conflict and saves lives” (p. 9).

Entretanto, é possível duvidar o quão “humano” são os processos de trocas de populações, prática comum de partições. Além disso, uma dúvida comum presente nesse argumento é o quão sustentável essa política pode ser, já que ela não ataca as raízes do problema.

Ora, se mediadores internacionais – leia-se ocidentais – estavam falando de partição da Bósnia, esses se encontram do mesmo lado dos nacionalistas servo-bósnios e croata-bósnios. A mídia que cobriu as guerras da ex-Iugoslávia, não tinha familiaridade com a região e aceitaram a versão distorcida dos fatos apresentada pela propaganda sérvia (RAMET, 2005, p. 20-21). Em suma:

“The Bosnian government had legitimacy but almost no arms; the Serb insurgents had arms but no legitimacy; and the much smaller Bosnian Croats’ leadership had no legitimacy but the ability to block arms deliveries to the legitimate government. Vance and Owen put all three on an equal footing” (GUTMAN, 1993, p. xxxiii).

A cantonização remete à produção de cantões com rótulos “étnicos” no mapa, o que provocou uma competição por território. Em vista disso, o Plano Vance-Owen foi contraproducente, pois, embora indicasse uma solução imediata para a crise, ele acelerou a limpeza étnica, e fez com que as reivindicações servo-bósnias e croata-bósnias se tornassem mais fortes e legítimas (CARMICHAEL, 2015, p. 166).

Uma consequência trágica desse modelo foi a separação das forças bosniaks e croatas, inicialmente adjacentes, em regiões misturadas no país por esses dois grupos, o que Malcolm (1996) considera a segunda maior contribuição ocidental para o escalonamento da violência na Bósnia, depois do embargo de armas. O historiador explica que a quebra da aliança entre os muçulmanos e os croatas na Bósnia foi desastrosa pois ela era uma barreira efetiva contra a agressão sérvia. Assim, pode-se dizer que o projeto de cantonização da Bósnia incitou mais limpeza étnica, pois procurou homogeneizar áreas historicamente embaralhadas (p. 248).

4.6. CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

Os atos genocidas muitas vezes são descritos como irracionais, mas Sémelin (2009) argumenta que os executores de massacres “não podem ser percebidos como ‘loucos’, pois, os carrascos têm aparências incrivelmente normais” (p. 21). Portanto, o genocídio não pode ser visto como atos isolados, de líderes delirantes, provenientes de “*Balkan madness*”, visão limitada que certos líderes, acadêmicos e elementos da mídia

têm sobre a região, como foi analisada no capítulo três. O genocídio é um projeto político muito bem pensado e articulado, e sua origem não é psicopatológica. O autor estabelece que se trata de uma dinâmica aparentemente irracional, que, no entanto, “obedece a uma argumentação lógica” (p. 79): a homogeneização.

A Guerra da Bósnia se configurou na história dos conflitos contemporâneos como “uma busca frenética por pureza” (SÉMELIN, 2009, p. 62), de acordo com a noção da homogeneidade como a ponte crucial entre Estado e nação. Nessa perspectiva, identificar os sérvios como “puros” implica que os não-sérvios sejam “impuros”. Portanto, a pureza utiliza de um arcabouço argumentativo ao trazer a ideia da limpeza, como se o “outro” fosse “sujo”, numa lógica desumana, invocando inclusive termos como “lixo”. O autor alega que

“A estrutura binária responde ao funcionamento elementar do psiquismo humano em situações de crise. A partir do momento em que nos sentimos gravemente ameaçados, procuramos, de imediato, saber quem nos quer bem ou mal. É o reflexo inteiramente compreensível, tanto na criança quanto no adulto, em perfeita concordância com a estrutura das nossas emoções fundamentais. A clivagem bem/mal, bom/mau etc. constitui o espaço imaginário, dentro do qual se podem sedimentar ideologias que, apesar de erradas, parecem credíveis e tranquilizadoras” (p. 62).

A narrativa nacionalista sérvia tem sido fortemente marcada pela vitimização, tendo como exemplos a Batalha do Kosovo (1389) e o genocídio ocorrido durante a Segunda Guerra promovido pelas forças fascistas croatas – ustaše. É nesse sentido que a tarefa de destruição do “outro” está intimamente conectada com a sobrevivência do “eu” (SÉMELIN, 2009, p. 82). Em razão disso, a paranoia em torno da segurança nacional provoca uma antecipação, na qual momentos críticos em que os sérvios sofreram são lembrados em prol da segurança nacional.

Neste panorama, a representação do “outro” – croata-bósnios e bosniaks – foi formada como “totalmente inimigos”, como se a barreira fosse intransponível. Esse exercício é o que Sémelin (2009) chama de configuração do “outro” como “completamente outro”, indicando que a única opção é a aniquilação (p. 83). O genocídio, nessa lógica, é inevitável.

Como lembra Power (2004), houve um estudo da CIA indicando que 90% das atrocidades durante a Guerra foram promovidas pelo exército servo-bósnio e as milícias sérvias, numa intensidade incomparável com as dos outros lados do conflito (p. 358). Além disso, no auge do conflito, os muçulmanos das cidades no noroeste da Bósnia, onde eles eram 90% da população, “desapareceram” (GUTMAN, 1993, p. 36).

Outro relato de desumanização corresponde às execuções de prisioneiros de campos de concentração, em uma dinâmica que os corpos eram jogados no Rio Sava, de forma que os sérvios pudessem dizer que estavam alimentando os peixes (GUTMAN, 1993, p. 50).

Para ilustrar como a memória do genocídio ocorrido durante a Segunda Guerra, na qual os sérvios foram vítimas, percorre a narrativa nacionalista do país, a ideia de utilizar campos de concentração durante a Guerra da Bósnia surge como forma de vingança aos campos croatas, o mais conhecido Jasenovac, na atual Croácia. No contexto, 200 mil sérvios foram forçados a se converter ao catolicismo nas mãos da frente fascista croata, e a ideia era de que um terço dos sérvios seriam mortos, um terço expulso, e o outro terço convertido à Igreja Católica (MACDONALD, 2009, p. 106).

Nesse sentido, a dinâmica era que croatas eram os agressores na década de 1940, e os sérvios, as vítimas, enquanto que durante os anos 1990 os bosniaks eram o grupo alvo dos nacionalistas sérvios (MACDONALD, 2009, p. 104). Desse modo, pode-se perceber que há uma manipulação e instrumentalização da história, como foi esclarecido no capítulo dois com respeito ao mito da Batalha do Kosovo:

“from the Battle of Kosovo in 1389, which subjected Serbs to five centuries of Ottoman rule, to severe losses in the world wars, Serbs have felt themselves to be victims of their neighbors – even if the aggressors have changed over time [...]. the myths of victimhood were vital in cementing political power in a context of civil strife and breakdown” (2009, p. 105).

Um dos fatos mais marcantes vivenciados no conflito são os inúmeros casos de estupro, contra homens e mulheres, tendo como foco o segundo grupo. Relatos desse lado terrível da guerra contam com mulheres sendo estupradas cerca de 150 vezes por dois meses (GUTMAN, 1993, p. 166). O pressuposto é que “o estupro não seria mais visto, nesse caso, como consequência da guerra, mas como tática guerreira que, para além das

principais vítimas, as mulheres, visava o grupo a que pertenciam” (SÉMELIN, 2009, p. 405).

A lógica por trás da atrocidade era garantir que a população, quando expulsa, não retornasse; além de humilhar os indivíduos envolvidos, como foi observada a prática do estupro em frente aos membros familiares; e também a fim de “marcar” as mulheres estupradas, de forma que elas, a partir daquele momento, carregariam um estigma na sociedade, sendo difícil assim, se relacionarem posteriormente, sendo uma prática que visava a marcação de território, havendo um

“intuito de reforçar a separação e a territorialização das comunidades [...] A perpetuação deliberada de atrocidades é um meio seguro de se provocar um trauma durável nas vítimas, mas também nas testemunhas e, mais amplamente, em todos os membros do grupo comunitário. Nesse sentido, as atrocidades visam o futuro, pois participam do projeto deliberado de separação, para sempre, dos grupos em conflito. Tornando impossível qualquer perspectiva de reconciliação, por pelo menos várias gerações, servem perfeitamente ao projeto político de divisão e de ‘limpeza étnica’” (SÉMELIN, 2009, p. 405-406).

Também se notou que os estupros em massa serviriam para perpetuar o “sangue” sérvio, de acordo com a crença na patrilinearidade. Convém notar que

“Rape victims had infections of staphylococcus and other bacteria that originate in dirt and faecal matter after being raped [...] The rapists were dirty and smelt bad and in some cases already had blood on their bodies. Here the violation of Muslim habits of cleanliness was intensified by the blood, filth and stench, especially traumatic for the women bought up surrounded by traditional rituals of purification” (CARMICHAEL, 2015, p. 161).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste trabalho foi desmistificar os “ódios ancestrais”, ou seja, promover uma análise acerca das relações Ocidente-Balcãs por meio de vários exemplos históricos que explicam o desempenho da UNPROFOR, missão encabeçada pela “comunidade internacional” – leia-se grandes potências ocidentais – na Guerra da Bósnia, amparada pela ONU. Não menos importante, o presente trabalho tinha como objetivo também fornecer os argumentos contra a visão da nação como organização política inofensiva, já que, como apresentado por Anderson (2008), Rae (2003), Hayden (1996) e Mandelbaum (2016) não são inocentes políticas de alimentar um projeto específico de nação – aqui, no caso, a Grande Sérvia – em detrimento de minorias étnicas.

Ademais, o método do trabalho foi mostrar como os dois movimentos citados trabalham concomitantemente, pois, nesta lógica, é impossível apagar o papel do Ocidente na divisão de tarefas durante o curso do conflito, pois foi exatamente a indiferença ocidental diante de vidas humanas, que permitiu certas práticas como silêncio. A desumanização, presente no propósito de Grande Sérvia, atravessa a desumanização da inércia ocidental.

Como vimos, dentro da pesquisa foi demonstrado como a interpretação ocidental da guerra influenciou o Acordo de “paz” de Dayton, que, por sua vez, banaliza a história da Bósnia. Tal acordo, inspirado no exemplo libanês, indicou um cessar-fogo da guerra, mas não prenuncia uma erradicação do conflito étnico, muito pelo contrário, alimentando ainda mais as disputas internas na BiH.

Desse modo, a pretensão presente nestes capítulos era de trazer uma visão crítica de resolução de conflitos, pois, esse trabalho específico trata da Bósnia, mas as considerações sobre divisão e conflitos étnicos podem encaminhar reflexões sobre outras zonas de conflito e pós-conflito, de acordo com as especificidades locais. Reiterando, os problemas da Bósnia – e dos Balcãs no geral – não são específicas dela, pois o ideal de congruência não foi buscado apenas na Bósnia, o que pode ser identificado por inúmeros casos de limpeza étnica, genocídio e divisão de sociedades heterogêneas.

Pensar na Bósnia dessa forma é um exercício, na qual uma das análises é enxergar para além da dicotomia paz/guerra, que muitas vezes pode não corresponder à realidade social. Nota-se também o papel que a identidade tem em moldar a sociedade e influenciar os conflitos armados. Por esse ângulo, busca-se olhar para a Bósnia e explorar formas de superação desse sistema de organização política, de forma que a humanidade possa usufruir de uma emancipação de toda forma de exploração e dominação.

Vale reforçar que o trabalho pretendeu explicar a função da exploração das identidades no esforço de guerra, para memorializar, para apagar, ou justificar. É importante lançar a luz sobre a construção de mitos no imaginário do vocabulário de guerra, como “ódios ancestrais”, “Batalha do Kosovo” e “fundamentalismo islâmico”, seguindo uma manipulação de fatos. Assim, esses mitos entram em contato com a convicção de Campbell (1998) sobre a construção de identidades, que são social e historicamente adquiridas e assimiladas, na qual, a identidade nacional – analisada aqui – não se sustenta de forma abstrata. Em outras palavras, existe uma abundância de noções e imagens a se oferecer além da dicotomia do “eu” e o “outro”. Esses dados reforçam que este trabalho rejeita qualquer exame essencialista sobre os povos (como “os bosniaks são fundamentalistas islâmicos”, “os sérvios são nacionalistas”).

A realização desse projeto se deu devido à insatisfação com o *mainstream* e de acordo com uma crítica à análise dominante de resolução de conflitos e de interpretação do real significado da nação, que propaga exclusão, é normativa – obedece a critérios –, silencia, promove distorções, e é seletiva. Por isso, o primeiro passo é pensar além dessas categorias e cogitar novas concepções, como, por exemplo, que distintas comunidades podem viver juntos (até porque habitaram o mesmo espaço, se observar atentamente a história). Torna-se fundamental compreender que as campanhas de limpeza étnica, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e o crime de genocídio, a indecisão em intervir e a divisão, e toda a violência que perpassa todos esses elementos, não são as respostas apropriadas para casos como a Bósnia, e todos os fatores influenciam de forma incisiva as diretrizes da política da BiH, assim como de toda a região.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Rabia & LIFSCHULTZ, Lawrence. “Why Bosnia?”. *Third World Quarterly*. Vol. 15, No 3, p. 367-401, 1994.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANNAN, Kofi. *Intervenções: Uma vida de guerra e paz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BAKIC-HAYDEN, Milica. “Nesting Orientalisms: The Case of Former Yugoslavia”. *Slavic Review*. Vol. 54. No 4, pp. 917-931, 1995.

BAKIC-HAYDEN, Milica & HAYDEN, Robert M. “Orientalist Variations on the Theme “Balkans”: Symbolic Geography in the Recent Yugoslav Cultural Politics”. *Slavic Review*. Vol. 51. No. 1, pp. 1-15, 1992.

BARNETT, Michael N. The Politics of Indifference at the United Nations and Genocide in Rwanda and Bosnia. In: CUSHMAN, Thomas & MEŠTROVIĆ, Stjepan G. *This Time We Knew: Western Responses to Genocide in Bosnia*. New York and London: New York University Press, 1996. Cap. 6, pp. 128-162.

BERRY, Marie E. *War, Women and Power: From Violence to Mobilization in Rwanda and Bosnia-Herzegovina*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

BIEBER, Florian. “Nationalist Mobilization and Stories of Serb Suffering: The Kosovo myth from 600th anniversary to the present”. *Rethinking history*. Vol. 6, No. 1, pp-95-110, 2002.

BRINGA, Tone. Averted Gaze: Genocide in Bosnia-Herzegovina, 1992-1995. In: Alexander Laban Hinton (ed). *Annihilating difference: the anthropology of genocide*. Berkeley: University of California Press, 2002, cap. 8, p. 194-225.

_____. “National Categories, National Identification and Identity Formation in “Multinational” Bosnia”. *The Anthropology of East Europe Review*. Vol. 11, No 1-2, pp. 80-89, 2010.

CALAME, Jon; CHARLESWORTH, Esther. *Divided cities: Belfast, Beirut, Jerusalem, Mostar, and Nicosia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009.

CAMPBELL, David. *National Deconstruction: Violence, Identity and Justice in Bosnia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CARMICHAEL, Cathie. *A concise history of Bosnia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CLOGG, Richard. *História concisa da Grécia*. São Paulo: EDIPRO, 2017.

DELLA TORRE, Robson. Apresentação à edição brasileira. In: FURTADO, Peter (org.). *Identidades das nações: uma breve história*. São Paulo: Edições SESC, 2019, pp. 9-19.

DUIJZINGS, Ger. Commemorating Srebrenica: Histories of violence and the politics of memory in Eastern Bosnia. In: Xavier Bougarel; Elissa Helms; Ger Duijzings (eds). *The new Bosnian mosaic: identities, memories and moral claims in a post-war society*. Aldershot, England; Burlington, VT: Ashgate, 2007, cap. 6, p. 141-166.

EDKINS, Jenny. *Trauma and the memory of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

EPSTEIN, Charlotte. *The Power of words in International Relations: Birth of an anti-whaling discourse*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Massachusetts Institute of Technology Press, 2008.

GLENNY, Misha. *The Balkans: Nationalism, War, and the Great Powers, 1804-1999*. London: Penguin Books, 2001.

GOLDSWORTHY, Vesna. *Inventing Ruritania: the imperialism of the imagination*. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

GUTMAN, Roy. *A Witness to Genocide: The 1993 Pulitzer Prize-winning Dispatches on the "Ethnic Cleansing" of Bosnia*. New York: Macmillan, 1993.

HANSEN, Lene. *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. London and New York: Routledge, 2006.

HAYDEN, Robert M. “Imagined communities and real victims: self-determination and ethnic cleansing in Yugoslavia”. *American Ethnologist*. Vol. 23, No. 4, pp. 783-801, 1996.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (eds). *A Invenção das Tradições*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997. P. 9-23.

HOWARD, Lise Morjé. The failures: Somalia, Rwanda, Angola, Bosnia. In: HOWARD, Lise Morjé. *UN Peacekeeping in Civil Wars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Cap. 2. p. 21-51.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição de ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, 638p.

JASINSKI, Michael P. *Examining Genocides: means, motive and opportunity*. London and New York: Rowman & Littlefield International, 2017.

JELAVICH, Barbara. *History of the Balkans: eighteenth and nineteenth centuries – vol. I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, 880p.

KOLIND, T. *Post-war Identification: Everyday Muslim Counterdiscourse in Bosnia Herzegovina*. Aarhus: Aarhus Univeristy Press, 2008.

KOOPS, Joachim A.; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Thierry; WILLIAMS, Paul D. Introduction: Post-Cold War Peacekeeping 1988-1998. In: KOOPS, Joachim A.; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Thierry; WILLIAMS, Paul D. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. P. 261-268.

KUMAR, Radha. *Divide and fall?: Bosnia in the Annals of Partition*. London and New York: Verso, 1997.

LIAKOS, Antonis. Grécia: um país preso entre glórias antigas e o mundo moderno. In: FURTADO, Peter (org.). *Identidades das nações: uma breve história*. São Paulo: Edições SESC, 2019, pp. 51-58.

LOSURDO, Domenico. “Panamá, Iraque, Iugoslávia: Os Estados Unidos e as guerras coloniais do século XXI”. *Crítica Marxista*. São Paulo, Xamã. Vol. 1, No. 9, p. 87-96, 1999.

MACDONALD, David B. From Jasenovac to Srebrenica: Subaltern Genocide and the Serbs. In: ROBBINS, Nicholas A. & JONES, Adam. (eds.) *Genocides by the Oppressed: Subaltern Genocide in Theory and Practice*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2009. Cap. 5, pp. 103-121.

MACQUEEN, Norrie. The break-up of Yugoslavia and the Soviet Union: peacekeeping and the end of the multinational state. In: MACQUEEN, Norrie. *Peacekeeping and the International System*. London and New York: Routledge, 2006. Cap. 8, pp. 159-179.

MALCOLM, Noel. *Bosnia: a short history*. New York: New York University Press, 1996, 360p.

MANDELBAUM, Moran M. “State, nation, society: the congruency fantasy and in/security of the body-nation/social.” *Critical Studies on Security*. Vol. 4, No 2, p. 1-15, 2016.

MEARSHEIMER, John J. The Only Exit for Bosnia. *The New York Times*. 7 out 1997. Disponível em <<https://www.nytimes.com/1997/10/07/opinion/the-only-exit-from-bosnia.html>>. Acesso em 12 abr 2020.

MENNECKE, Martin. Genocidal Violence in the Former Yugoslavia: Bosnia Herzegovina and Kosovo. In: TOTTEN, S. & PARSONS W. (eds). *Century of Genocide: critical essays and eyewitness accounts*. New York and London: Routledge, 2009. Cap. 16, p. 423-452.

MYLONAS, Harris. *The Politics of Nation-Building: Making Co-Nationals, Refugees and Minorities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

POWER, Samantha. *Genocídio: a retórica americana em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RAE, Heather. *State Identities and the Homogenisation of peoples*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 351p.

RAMET, Sabrina P. *Thinking about Yugoslavia: Scholarly Debates about the Yugoslav Breakup and the Wars in Bosnia and Kosovo*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

RIEFF, David. *Slaughterhouse: Bosnia and the Failure of the West*. New York: Touchstone Books, 1996.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SÉMELIN, Jacques. *Purificar e destruir: Usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

STAVRAKAKIS, Yannis. *The Lacanian Left: Essays on Psychoanalysis and Politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

TARDY, Thierry. United Nations Protection Force (UNPROFOR – Bosnia-Herzegovina). In: KOOPS, Joachim A.; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Thierry; WILLIAMS, Paul D. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015, cap. 30, p. 383-394.

TODOROVA, Maria. *Imagining the Balkans*. New York: Oxford University Press, 2009.